



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde
Curso de Psicologia

A distribuição de afetos e violências no sistema monogâmico

SÃO PAULO - SP
2024

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde

Curso de Psicologia

Ju

(João Pedro Nascimento Teixeira)

A distribuição de afetos e violências no sistema monogâmico

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para a graduação no curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação da Profa. Ms Sandra Gagliardi Sanchez

SÃO PAULO - SP 2024

Para Triz e para Lucas. Este mundo não fora feito para acolher subjetividades como as de vocês. Espero que as vibrações na fibra do espaço-tempo que me acompanharam na jornada de confecção deste trabalho ecoem em vocês, onde quer que estejam.

RESUMO

A pesquisa teve por objetivo fazer uma investigação sobre determinados tipos de violências e processos de marginalização de subjetividades, e também sobre tipos de distribuições de afetos e de práticas de cuidado, através do que foi chamado “o sistema monogâmico”. Pretendeu-se estabelecer uma noção ampliada e crítica do que é “monogamia”, escapando do imaginário social que a entende como uma prática, um acordo entre duas pessoas definido pela exclusividade sexual. Utilizando os conceitos de superestrutura marxista e de hegemonia gramsciana, foi estabelecido que a monogamia faz parte de uma superestrutura que opera para perpetuar violências hegemônicas de classe, raça, gênero e outras, através da naturalização de uma noção ensimesmada e individualizada de sujeito e família, incapaz de conceber um mundo interconectado, interdependente e, portanto, acolhedor. Isto foi feito ao longo de três capítulos. No primeiro é explorada a origem do sistema monogâmico contemporâneo, através de três analisadores principais: o catolicismo e a inquisição na Idade Média europeia; o colonialismo europeu e seus impactos no chamado continente americano; e o pensamento capitalista, competitivo e meritocrático; todos aspectos que, em alguma medida, mediam as relações interpessoais dos sujeitos no mundo ocidental contemporâneo. No segundo, são delimitadas com mais minúcia as violências desse sistema, diferenciando quais são as subjetividades privilegiadas e as marginalizadas por ele. No terceiro capítulo, foram traçados caminhos desviantes, alternativos à norma hegemônica e hostil do sistema monogâmico, através do resgate de narrativas como a “não-monogamia da floresta” de Geni Núñez, as “redes afetivas” de Brigitte Vasallo, e práticas de subjetivação alternativas como a “pirataria de gênero” de Paul B. Preciado.

Palavras-chave: Monogamia. Hegemonia cristã. Colonialismo. Subjetividades marginalizadas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
OBJETIVO.....	8
MÉTODO.....	8
CAPÍTULO I.....	9
CAPÍTULO II.....	21
CAPÍTULO III.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS.....	43

Introdução

O curso de psicologia foi um trajeto bastante ambíguo em minha vida. O que começou como uma curiosidade adolescente pelos mistérios das estruturas psíquicas e da complexidade do comportamento humano, tornou-se uma escolha que colocaria o cuidado e o zelo pela saúde mental da outra em um lugar central na minha vida. Parte importantíssima da complexidade da experiência humana passa pela não-saúde, algo que eu rapidamente associei a um mundo adoecedor: com a prevalência de diagnósticos de transtornos mentais no Brasil e no mundo, é do meu interesse indagar sobre o sofrimento psíquico, suas causas e formas, assim como sobre as possibilidades e estratégias de sobrevivência e cuidado adotados pelos indivíduos.

Meu projeto de pesquisa, antes que eu trocasse de tema, pretendia investigar, através das lentes da redução de danos, algumas das estratégias de sobrevivência empregadas por pessoas em sofrimento, com foco especial às estratégias que envolviam o consumo de substâncias capazes de alterar a consciência. A vulnerabilidade me toca, e as temáticas sobre drogas ainda mais. Era minha intenção quase secreta utilizar minha pesquisa como ferramenta de produção de cuidado, embora eu não soubesse exatamente como isso se daria. Me parecia também que, de alguma forma, investigar as várias formas de violência perpetradas contra aquelas que eu amava me permitia fazer justiça sobre a questão, devolvendo parte de toda dignidade que lhes havia sido extorquida durante seus respectivos processos de adoecimento e “tratamentos” manicomiais.

De toda maneira, era minha intenção investigar os caminhos através dos quais a violência é permitida e produzida no âmbito da saúde mental, além das estratégias de cuidado possíveis dentro e fora da psicologia para mitigar os impactos tão hostis dessa realidade. Eu não sabia, no entanto, como trilhar esse caminho e, na verdade, suspeito que não teria ao menos tido o estômago para lidar com essas questões dessa maneira. Assim, nesse cenário de incerteza, adiei a pesquisa durante um ano, período no qual amadureci minhas ideias e pensamentos sobre o trabalho.

Foi ao acaso, nesse período, lendo sobre “poliamor”, que comecei a perceber o papel central que as relações afetivo-sexuais têm na produção de cuidado no cotidiano da população ocidental, e entrei em contato com teorias críticas à monogamia, com destaque para a obra de Brigitte Vasallo. Ela é uma escritora e ativista anti racista espanhola, conhecida especialmente por suas críticas anti-coloniais à ideologias feministas racistas e xenofóbicas, além de suas críticas ao modelo monogâmico. Com minha pretensão de investigar a produção de violência no mundo ocidental e interesse em pensar modelos possíveis de produção de cuidado que dialogassem com essa realidade, as temáticas trazidas por Brigitte fizeram girar as engrenagens pesquisadoras dentro de mim. Cada página que li do livro “O desafio

Poliamoroso” mexeu comigo profundamente. Apesar do título, a autora não fala sobre o modelo poliamoroso de relações afetivas, mas sobre as inúmeras e gigantescas dificuldades com que nos deparamos no mundo capitalista que vivemos (aliás, o título original seria: “*Pensamento monogâmico, terror poliamoroso*”, em tradução livre). Ela resgata a história das origens cristãs e capitalistas que produziram a hegemonia do pensamento monogâmico que conhecemos, além de colocar em pauta o colonialismo que marca o mundo ocidental contemporâneo, junto de análises sobre racismo, xenofobia, lgbtfobia, intolerância religiosa e até dinâmicas manicomiais para explicar como a sociedade neoliberal se utiliza do modelo monogâmico para reproduzir violências estruturais. No entanto, ela não se atém somente à uma argumentação e análise teóricas sobre o tema, e me encantou o quanto ela se posiciona política e afetivamente ao longo do livro, colocando sua alma e vísceras no texto. Se, por um lado, eu tinha medo do impacto que a temática sobre drogas teria sobre mim ao longo da pesquisa, então pelo contrário, Brigitte Vasallo abraçou suas próprias dores e dedicou um capítulo inteiro aos seus lutos pessoais e às dificuldades do processo de escrita em um mundo que esperava dela rígida consistência, digna do modo de produção capitalista. Eu me vi nas lágrimas dela e chorei diversas vezes junto a ela, e nesse ponto eu não tinha mais dúvidas de que, inspirada na obra dela, eu gostaria de fazer uma pesquisa sobre as violências neoliberais e monogâmicas com as quais lidamos no nosso dia-a-dia. O presente trabalho é fruto direto disso.

Ainda antes de seguir adiante, convém notar algumas especificidades quanto à minha escrita. Ao longo do trabalho, permiti-me a licença poética (senão licença política) de evitar generalizações no masculino quando possível. Enquanto a norma culta da Língua Portuguesa exige de nós a prevalência da concordância de gênero no masculino, eu faço questão de usar concordâncias no feminino sempre que me parece adequado. Uso “elas” no lugar de “eles”, por exemplo, porque pretendo desconstruir ciclos de opressão também através da linguagem, inclusive para manter a integridade quanto às temáticas do trabalho, possibilitando narrativas não normativas não só em seu conteúdo, como também em sua forma. Por vezes, a título de não facilitar interpretações historicamente equivocadas, optei por utilizar a chamada “língua neutra”, substituindo palavras como “aqueles” por “aqueles” ao invés de “aquelas”, em situações em que o uso de generalizações no feminino poderiam resultar em interpretações inaccuradas sobre as possibilidades permitidas e possíveis para mulheres em determinadas épocas ou contextos. No mesmo sentido, a utilização de termos no masculino é *frequentemente* intencional, podendo denotar grupos exclusivamente masculinos, ou grupos em posições de poder e em relação de opressão, casos nos quais a utilização de termos masculinos para tratar deles é também uma escolha política, situando a masculinidade em seu devido lugar de opressão e/ou relação de poder, salvo o risco de generalizações normativas acidentais, que são plenamente possíveis apesar de todo cuidado. Em síntese, a escolha de conjugações de gênero feita no trabalho é fluida e dissidente, e busca sobretudo subverter as

imposições da normatividade masculina na Língua e a normatividade binária no imaginário. Como diria Brigitte Vasallo,

“A mim pareceria obsceno desperdiçar tantas horas, suas e minhas, tantos recursos, tanta emoção para criar textinhos complacentes que propõem mundos pequenos. Se vamos nos lançar à aventura deste livro [ou deste TCC], que seja para o dilaceramento” (Vasallo, 2022. p. 23).

Objetivo

Os objetivos da presente pesquisa foram investigar como a estrutura monogâmica produz violências no cotidiano da sociedade contemporânea ocidental, apontando o processo histórico através do qual essa realidade veio a ser. Procurou-se também produzir uma desnaturalização do sistema monogâmico, e também investigar as possibilidades de produção de cuidado no âmbito das relações interpessoais no geral, propondo alternativas de resistência frente à hegemonia do sistema capitalista, colonial e monogâmico de distribuição de violências, afetos e exclusões.

Método

A presente pesquisa foi respaldada por livros teóricos como “O desafio poliamoroso”, de Brigitte Vasallo, “O calibã e a bruxa”, de Silvia Federici, e também por artigos acadêmicos encontrados no site do Grupo de Pesquisa “Políticas, Afetos e Sexualidades Não-Monogâmicas (Não-mono)”, além de bases de dados como a Scielo, utilizando termos como “hegemonia em gramsci”, “superestrutura”, “psicologia e compromisso social”, “história da monogamia”.

Capítulo I: Capitalismo, colonialismo e catolicismo: a monogamia nunca foi uma escolha

“Para desarmar uma arapuca, é necessário conhecer suas dimensões, suas reentrâncias”

- Geni Nuñez

As dinâmicas pertinentes aquelas relacionadas à vida amorosa estão, em última análise, condicionadas às possibilidades cabíveis ao contexto social e material da existência dos indivíduos que compõem uma sociedade. De acordo com a teoria marxista, a organização econômica e as relações de produção e de trabalho de uma determinada sociedade geram uma base por onde se ergue uma *“superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência”* (Marx, 2008 p. 47). Neste sentido, a base da sociedade capitalista são as relações de exploração através das quais um grupo de pessoas detém os meios de produção e utiliza deste poder para acumular capital. A superestrutura, por outro lado, se ergue em cima da base para definir os costumes e morais de uma sociedade de maneira a manter a base intacta. Um exemplo é a disseminação massiva de uma consciência social que enaltece o trabalho, mesmo que mal-remunerado e adoecedor, de maneira que a exploração da força de trabalho de uns em benefício de outros torna-se naturalizada. A superestrutura, portanto, corresponde não somente às leis e à organização política de um Estado, mas também à expressão cultural e dos costumes de uma sociedade, materializando-se através das artes, da ciência, da filosofia, atuando na manutenção das relações sociais já estabelecidas e constituindo a moral, as instituições, a religião, a arquitetura, a construção dos ideais de família, a mídia e diversos outros aspectos subjetivos e coletivos da sociedade. Nesse sentido, a superestrutura opera de forma a manter as estruturas de dominação através de meios coercitivos que podem ou não contar com o uso da força.

O Estado brasileiro dispõe de uma polícia militar que pode legitimamente fazer uso de seus armamentos para manter em ordem as estruturas e superestruturas já instituídas, por exemplo. Contudo, a superestrutura conta também com outras maneiras de coerção, mantendo o status quo através de embates sutis, que atravessam a cultura, a arte, ou sistemas como o educacional, a instituição religiosa, a moral ou os meios de comunicação. Essa forma de domínio foi chamada por Antonio Gramsci, filósofo Marxista, de *hegemonia*. (Simionatto e Costa, 2014).

“a hegemonia não deve ser entendida nos limites de uma coerção pura e simples, pois inclui a direção cultural e o consentimento social a um universo de convicções, normas morais e regras de conduta, assim como a destruição e a superação de outras crenças e sentimentos diante da vida e do mundo” (Moraes, 2010).

O aspecto mais importante da hegemonia para Gramsci é justamente a possibilidade de dominação sem o uso da força, através de uma classe “dirigente”, capaz de se manter no poder por meio do consentimento da outra, fazendo uso da cultura e da ideologia para convencer a classe dominada de que a posição de dominação é natural (Alves, 2010).

É frequente que a “monogamia” seja entendida como uma prática, tão simples quanto um acordo de exclusividade sexual entre duas pessoas, e em oposição a outras práticas relacionais, como o “relacionamento aberto” ou o “poliamor”. Contudo, para os efeitos desta pesquisa, faz-se necessário uma análise mais profunda sobre o assunto. Mais do que uma prática, a monogamia é uma *superestrutura*, operando de forma a manter as estruturas de dominação e violência do modo de produção capitalista através das entrelinhas, por vias *hegemônicas*. Para além disso, a monogamia é também um sistema de hierarquização das relações que valoriza o casal e os vínculos consanguíneos, enquanto desvaloriza todos os outros tipos de relações, de vizinhos a colegas de trabalho, de amizades próximas a desconhecidos, de maneira que, como sociedade, não nos ocupamos com o bem-estar daquelas em situação de vulnerabilidade (Vasallo, 2022). O conceito de monogamia, nesse contexto, torna-se algo que não se pode definir em uma única página e, na verdade, nem toda a extensão desse trabalho dá conta de explicitar todas as dinâmicas e construções que compõem essa gigantesca superestrutura. Este primeiro capítulo traz à luz alguns dos aspectos do sistema monogâmico sem, no entanto, configurar uma definição precisa do que é realmente a superestrutura monogâmica; tarefa quiçá impossível, dada a imensa complexidade antropológica da questão e levando em conta a dificuldade de elucidar aspectos do cotidiano contemporâneo tão naturalizados através da hegemonia que quase nos escapam mesmo como possibilidade passível de investigação.

De toda maneira, por mais natural que o sistema monogâmico possa parecer, ele é um fenômeno recente na história da humanidade, que está situado em períodos e locais específicos, tendo surgido, nesta configuração, junto com o capitalismo na Europa, e se espalhado pelo mundo enquanto a Igreja Católica e o colonialismo aniquilavam outras possibilidades de organizações econômicas, religiosas, de arranjos sociais e costumes. Dessa maneira, o termo “monogamia” será utilizado neste trabalho com todo o peso que ele carrega como conjunto de morais católicas enraizadas e naturalizadas, possibilitador de estruturas de dominação de classe capitalistas e exterminador silencioso de quaisquer outras maneiras de estabelecimento de vínculo e conexão entre seres humanos no mundo ocidental.

Assim, o processo histórico através do qual a monogamia se estabeleceu como hegemônica é essencial para a análise, e a Igreja Católica, o colonialismo Europeu e o capitalismo são três elementos centrais que serão explorados neste capítulo, servindo de ferramenta para explicar de que maneira alguns dos costumes e morais (como a heterocisnorma, o patriarcado, o casamento, a família nuclear etc.) foram estabelecidos e naturalizados. Vale notar, no entanto, que um resgate histórico dessa proporção e complexidade seria digno de pesquisas muito mais extensas do que cabe a este trabalho de

conclusão de curso, tornando-se necessários recortes que, embora feitos cuidadosamente, correspondem somente a uma pequena fração de todos os fatores e fatos históricos que culminaram na organização social e costumes do mundo monogâmico como o conhecemos hoje.

Durante a Idade Média europeia, o modo feudal de organização econômica e social explorou por muitos séculos o trabalho de servas em benefício dos senhores detentores de terras, que cobravam impostos arbitrários e exuberantes (a base da sociedade, em termos Marxistas). Essa situação de exploração foi fonte de muitas revoltas, inclusive armadas, reivindicando melhores condições de vida e direitos. As lutas servis resultaram em diversas concessões articuladas entre os Reis ou senhores e as servas, diminuindo os impostos e controlando a extensão das práticas abusivas. A resolução mais importante, no entanto, foi a substituição dos pagamentos de impostos, antes pagos em serviços laborais, por pagamentos em dinheiro. A monetização da vida, que vinha crescendo ao longo dos últimos séculos da Idade Média, foi transformando as relações de classe. Os servos com mais dinheiro eram capazes de negociar suas liberdades e a de suas famílias, além de comprar suas próprias terras e empregar pessoas para trabalhar nelas; e a servidão, antes ligada a uma economia da produção agrícola e laboral, foi sendo substituída por uma economia que girava em torno de dinheiro. A divisão de classes não era mais tanto entre servas e seus senhores, mas entre aqueles que possuíam terras e capital, e aquelas e aqueles que não. Essa mudança produziu uma massa de camponeses pobres que vendiam sua força de trabalho para os camponeses mais abastados, e que iniciou um êxodo do campo em direção às cidades em busca de emprego e melhores condições de vida (Federici, 2017).

A Igreja católica também se beneficiou de uma economia crescentemente monetizada.

Até o século XI, a Igreja havia se transformado num poder despótico que usava sua pretensa investidura divina para governar com mão de ferro e encher seus cofres com o uso de incontáveis meios de extorsão. Vender absolvições, indulgências e ofícios religiosos, chamar os fieis à Igreja só para pregar a santidade do dízimo, e fazer de todos os sacramentos um mercado eram práticas comuns que iam desde o papa até o padre da aldeia, de forma que a corrupção do clero se tornou notória em todo o mundo cristão. As coisas degeneraram a tal ponto que o clero não enterrava os mortos, nem batizava ou dava absolvição dos pecados, se não recebesse alguma compensação. Até mesmo a comunhão se tornou ocasião para negociar e, “se alguém resistia a uma demanda injusta, o recalcitrante era excomungado e depois precisava pagar pela reconciliação uma soma maior do que a original (Lea, 1961, p. 11)” (Federici, 2017. p. 72).

Cresciam as insatisfações populares, e até o século XIII, a Igreja exaltou a pobreza como um estado de santidade, ensinando suas seguidoras a não invejar as ricas (e os ricos), e até distribuindo esmolas. O mesmo discurso servia para exigir das ricas “caridades” como meio de salvação, conseguindo inúmeras doações de terras e dinheiro, supostamente para

distribuir entre as e os necessitados, e tornando-se a instituição mais rica da Europa. Porém, conforme a população desempregada crescia em decorrência de uma crescente desigualdade de classes, cresciam também as críticas à ganância do clero e à corrupção da Igreja.

Assim, do século XII em diante, diversos grupos de pessoas que se opunham à religião católica se formaram ao redor da Europa. A propagação deles se deu porque eles canalizavam o desdém social sentido pelo clero, protestando contra o que consideravam ser a corrupção moral, espiritual e política da Igreja. Estes grupos foram chamados de “heréticos”.

“Os movimentos heréticos foram uma tentativa consciente de criar uma sociedade nova. As principais seitas hereges tinham um programa social que reinterpretava a tradição religiosa e, ao mesmo tempo, eram bem organizadas do ponto de vista de sua disseminação, da difusão de suas ideias e até mesmo de sua autodefesa. Não foi por acaso que, apesar da perseguição extrema que sofreram, persistiram durante muito tempo e tiveram um papel fundamental na luta antifeudal” (Federici, 2017. p. 68).

Frequentemente, os argumentos formulados por esses movimentos se apropriavam até mesmo de ensinamentos bíblicos para desenvolver suas críticas e pensamentos, defendendo, por exemplo, que se Cristo não possuía propriedades, a Igreja também deveria desprender-se de suas posses. Atualmente, não temos muitos registros sobre as diversas seitas hereges (porque seus membros foram perseguidos e assassinados), mas elas podem ser consideradas “o movimento de oposição mais importante da Idade Média” (Federici, 2017. p. 69), em razão de seu papel de resistência nas lutas antifeudais, com demandas de justiça social, denúncias de hierarquias sociais e de acumulação de riquezas, além de compor “redes de apoio constituídas por contatos, escolas e refúgios com os quais podiam contar como ajuda e inspiração nos momentos de necessidade” (Federici, 2017. p. 70), algo que, como será discutido mais tarde, se tornou cada vez mais raro na história do ocidente capitalista. Os cátaros, membros da principal seita herética da Idade Média, se posicionavam contra as guerras (as cruzadas católicas que aconteciam desde o século XI) e contra a pena de morte (o que instigou o primeiro pronunciamento do catolicismo explicitamente a favor da decapitação); e se destacavam por sua tolerância com outras religiões. Eles repudiavam o matrimônio, principalmente em razão de influência dos chamados “Bogomilos”, um

“movimento popular “nascido entre camponeses cuja miséria física os tornou conscientes da perversidade das coisas” (Spencer, 1995b, p. 15), pregavam que o mundo visível era obra do diabo (pois, no mundo de Deus, os bons seriam os primeiros) e se negavam a ter filhos para não trazer novos escravos a esta “terra de atribulações”, tal como definiam a vida em um de seus panfletos (Wakefield e Evans, 1991, p. 457). A influência dos bogomilos sobre os cátaros está comprovada e é possível que o repúdio ao matrimônio e à procriação por parte dos cátaros provenha de uma recusa similar a uma vida “degradada à mera sobrevivência”. (Federici, 2017. p. 77)

Com o difícil acesso à posse de terras, não era desejável ter filhos para ninguém que não as possuísse. Mesmo entre os cristãos ortodoxos, existia uma regra de “se não há terra, não há casamento”, e é possível supor que uma grande quantidade de jovens precisava escolher entre praticar a abstinência sexual até idades maduras, ou então desafiar as proibições eclesiásticas. O sexo, nesse contexto, se torna ferramenta política antiautoritária entre os heréticos: uma maneira de subverter o poder católico exercido através da imposição moral da castidade.

“Já no século XII, podemos ver a Igreja não somente espiando os dormitórios de seu rebanho, como também fazendo da sexualidade uma questão de Estado. As escolhas sexuais não ortodoxas dos hereges também devem ser vistas, portanto, como uma postura antiautoritária, uma tentativa de arrancar seus corpos das garras do clero. Um claro exemplo desta rebelião anticlerical foi o surgimento, no século XIII, das novas seitas panteístas, como os amalricanos e a Irmandade do Espírito Livre, que, contra os esforços da Igreja para controlar a conduta sexual, pregavam que Deus está em todos nós e que, portanto, é impossível pecar” (Federici, 2017. p. 82).

A respeito dessa temática, Brigitte Vasallo considera como pode ser difícil compreender as heresias como formas de subversão, afirmando que *“isso tem a ver com a homogeneização do imaginário, algo que faz parte da vitória dessas instituições, que também sequestraram qualquer possibilidade de existência ou reconhecimento de existência de espiritualidades fora da ortodoxia que impuseram”*(Vasallo, 2022. p. 111).

A Igreja Católica, então, como instituição mais rica e influente da Idade Média europeia, não poupou esforços e recursos para exterminar aqueles que se opunham às suas morais ou que desafiavam a organização de classes, através do processo conhecido como a Santa Inquisição: o movimento político de controle de corpos e perseguição ideológica que ocorreu entre os séculos XII ao XVIII, julgando e condenando pessoas acusadas principalmente de sodomia, mas também muitos Catalães e Muçulmanos (revelando adicionalmente uma agenda racista), através de interrogatórios, torturas e penas de morte. O processo também, não por acaso, sempre envolvia confiscar os bens das pessoas condenadas para a Igreja, outro fator que contribuiu para o enriquecimento e empoderamento do cristianismo.

As primeiras condenações da Inquisição contra bruxas e bruxos, muitas das quais acusadas de práticas relacionadas à sexualidade e ao controle da reprodução, bem como de estarem vinculadas a grupos heréticos que constituíam comunidades não sanguíneas, datam do século XIII. A partir de então, chegam de mãos dadas a repressão brutal e obsessiva da sexualidade, uma misoginia exacerbada e a consolidação da instituição religiosa que se impõe como forma de poder coercitivo sobre as práticas populares (Vasallo, 2017. p. 112).

O embate travado entre as práticas heréticas e as táticas de dominação coercitivas da Igreja católica são centrais para essa pesquisa. Quando os grupos heréticos se revoltam e reivindicam uma reforma na estrutura econômica e social (uma reforma na base), através de suas críticas ao enriquecimento do clero, de tentativas de construir comunidades autossuficientes e de um repúdio geral às morais ortodoxas, a Igreja católica responde com métodos coercitivos e com o uso da força. O catolicismo, legitimado pelo poder empregado à eles pelas superestruturas culturais e jurídicas, faz uso dos vastos recursos à sua disposição para exterminar os grupos dissidentes que surgiam, preservando assim uma unidade ideológica entre as classes e fortalecendo ainda mais a superestrutura que mantém a base intacta.

A inquisição foi um movimento cuja estratégia coercitiva foi perseguições e violências explícitas, que aniquilou seguidoras de religiões que não a católica, conhecimentos que não o religioso, sexualidades que não heterossexuais, e produziu o contexto no qual o pensamento europeu e os costumes católicos tornaram-se o “certo” frente ao “errado”. No eixo da sexualidade, as condenações por “sodomia” feitas pela inquisição fazem referência a práticas sexuais não permitidas pela Igreja. Na Europa, desde o século VII circulavam os “penitenciais”, que eram manuais práticos para os confessores, que determinavam em que dias e com quem era permitido fazer sexo, além de descrever detalhadamente a única posição sexual permitida (Federici, 2017). No entanto, as condenações através da Inquisição alvejavam especialmente as práticas sexuais praticadas pelas seitas heréticas organizadas, e não tanto os fieis católicos que descumpriam os mandamentos contidos nos manuais. A inquisição pretendia especificamente a homogeneização do pensamento das classes, o fortalecimento da própria influência da Igreja e, em última análise, manter as estruturas de dominação e seu lugar de poder como grupo dirigente.

O resultado disso, ainda no âmbito da sexualidade e relevante para a compreensão da monogamia como a conhecemos hoje, foi a aniquilação completa de outras possibilidades de experiências sexuais, que não a heterossexual, com fins reprodutivos, dentro de casa e com todo o pudor católico. Brigitte Vasallo cita, por exemplo, o sexo litúrgico cristão, “*missas com sexo grupal, digamos assim*”, no início do cristianismo, como “*possibilidade tão amplamente varrida de nossa memória coletiva que mal entendemos o conceito*” (Vassallo, 2022. p. 103), porque toda e qualquer outra forma de pensar as relações, a sexualidade, a espiritualidade e o modo de vida, foi substituída pelos costumes Europeus. Pode-se entender disso que é possível que nós não tenhamos nem as ferramentas que nos possibilitariam assimilar os significados por trás das práticas sexuais heréticas, porque a nós só restou a narrativa dominante, *monogâmica*, e não por acaso: a hegemonia pretende também apagar outras narrativas, porque assume que há uma única maneira correta e moralmente superior de existência.

Nesse sentido, resgato aqui algumas dessas práticas que hoje poderíamos chamar “dissidentes”, como tentativa de traçar um caminho desviante, na medida do possível.

“Nos primeiros momentos do cristianismo, grupos cristãos, considerados heréticos posteriormente pela ortodoxia e pela oficialidade vencedora da disputa interna desse culto, usavam o sexo de maneira litúrgica. Os gnósticos, por exemplo, surgidos na atual Turquia e sincretizados com o cristianismo, foram condenados no século III pelo bispo Clement de Alexandria por celebrar orgias. “Um relato de tais práticas feito por Epifânio, um monge gnóstico do século IV, afirmava que homens e mulheres faziam sexo em grupo e veneravam o sêmen e o sangue menstrual como o corpo e o sangue de Cristo, respectivamente” (Evans, 2015, p. 124). E isso não é tudo. O sexo litúrgico como parte da celebração do divino estava presente desde a Antiguidade. Essas práticas continuaram na Europa já cristã por vários séculos, e o sexo comunal estava presente em celebrações populares do campesinato, nas quais se comia, se bebia e se mantinham relações sexuais como parte da construção comunitária. Sexo recreativo, portanto, sem função reprodutiva e como elemento de coesão do grupo [...]” (Vasallo, 2017. p. 107).

Vale notar que, apesar da circulação dos penitenciais já há algum tempo, foi somente no século XII, junto da intensificação dos ataques contra a “sodomia” e do começo da perseguição contra os heréticos, que a Igreja incorporou esses códigos de conduta ao corpo da “lei Canônica”, que era reconhecida por todos e sujeitava os indivíduos a punições explícitas. Foi também no século XII que a Igreja, oficialmente, condenou pela primeira vez a homossexualidade (Federici, 2017).

Similarmente, podemos ir um pouco mais adiante sobre o controle dos corpos e da sexualidade, porque a Igreja não impôs proibições e punições somente às práticas consideradas heréticas, mas também aos bispos e outros membros do clero, impedindo-os de contrair matrimônio e considerando como anulados os casamentos já em vigor, através dos concílios de Latrão (Federici, 2017). O interesse do catolicismo aqui era, antes de tudo, defender a sua propriedade, impedindo que o patrimônio da Igreja fosse transferido para as esposas ou filhos dos membros do clero, novamente demonstrando a vastidão do poder e influência conquistados pelo clero na época, desafiando mesmo os membros do próprio clero para proteger seu patrimônio, outro fator que situa o interesse do catolicismo, acima de tudo, na manutenção de seu próprio poder; ou em termos de uma análise marxista, na manutenção das condições materiais capazes de fortalecer progressivamente as próprias superestruturas que mantêm as relações de classe invioladas.

O controle sobre a sexualidade se intensificou exorbitantemente durante e após o século XIV, após o período de cinco anos em que a Peste Negra destruiu quase 40% da população europeia em cinco anos. A reprodução das mulheres tornou-se interesse econômico e social, e então a inquisição refletiu esse interesse ao tentar exercer controle sobre as possibilidades de autonomia reprodutiva das mulheres, que já possuíam métodos contraceptivos e abortivos, de maneira que essas práticas foram criminalizadas, chamadas de

heresia e associadas à bruxaria. Foi este o período que marcou a transição da perseguição à heresia para a caça às bruxas (Federici, 2017). Em razão da misoginia cristã, não há representatividade de mulheres em nenhum aspecto da vida feudal e, na verdade, elas estavam muito mais presentes nas histórias dos cultos heréticos do que estiveram nos dez séculos de Idade Média.

“Um dos aspectos mais significativos do movimento herético é a elevada posição social que este designou às mulheres. Na Igreja, como destaca Gioacchino Volpe, as mulheres não eram nada, mas entre os heréticos eram consideradas como iguais; as mulheres tinham os mesmos direitos que os homens e desfrutavam de uma vida social e de uma mobilidade (perambulando, pregando) que durante a Idade Média não se encontravam em nenhum outro lugar (Volpe, 1971, p. 20; Koch, 1983, p. 247). Nas seitas hereges, principalmente entre os cátaros e os valdenses, as mulheres tinham direito de ministrar os sacramentos, de pregar, de batizar e até mesmo de alcançar ordens sacerdotais”. (Federici, 2022. p. 83 e 84)

É nesse contexto que as bases para a superestrutura monogâmica começam a se formar. A misoginia e o controle sobre a sexualidade são meras ferramentas superestruturais de manutenção do status quo; com a consequência simultânea de estabelecer um rígido sistema de morais que se torna uma cultura cada vez mais homogênea e “natural”. Notavelmente, o patriarcado, a heterocisnorma e a sexualidade confinada ao interesse reprodutivo (e portanto heterossexual, misógina e púdica) são algumas das consequências que conseguimos traçar até aqui.

Mas seguimos adiante. No eixo das possibilidades de organização social, a Igreja Católica enxergava com maus olhos homens e mulheres que dividissem moradias fora do casamento, temendo que isto instigasse comportamentos promíscuos. Entre os heréticos, por outro lado,

“Com frequência, as mulheres e os homens hereges viviam juntos livremente, como irmãos e irmãs, da mesma forma que nas comunidades ágapes da Igreja primitiva. As mulheres também formavam suas próprias comunidades. Um caso típico foi o das beguinhas, mulheres laicas das classes médias urbanas que viviam juntas (especialmente na Alemanha e em Flandres) e mantinham seu trabalho fora do controle masculino e sem subordinação ao controle monástico (McDonnell, 1954; Neel, 1989)” (Federici, 2017. p. 83).

As beguinhas possibilitaram um espaço de autoridade feminina que não foi mais possível por muito tempo na Europa, que não é doméstico e nem heterossexual, capaz de conceber maneiras diferentes de se relacionar e de desafiar as normas de organização social que, cada vez mais, proibia organizações sociais comunitárias e determinava que a única família possível fosse dentro de um núcleo com um casal reprodutor e fechado.

Parsons e Bales descreveram as famílias modernas como “isoladas” porque eram nucleares em sua estrutura (casal e filhos), e menos conectadas com outras relações de parentesco (HILL, 2012). Nesse sentido, Vasallo faz questão de pontuar a importância das organizações coletivas que, como a das beguinhas, eram unidas por laços não sanguíneos. As comunidades que viviam nas terras comuns na Inglaterra (e não nas cidades) até o século XVII, por exemplo, foram organizações sociais autossuficientes que se estabeleceram ao longo de séculos durante e após o período feudal.

Quando Peter Linebaugh descreve os princípios dos e das comuneiras inglesas que lutaram contra os cercamentos até o século XVII, ele poderia estar falando também de redes afetivas não monogâmicas. "O atrativo do pró-comum surge do mutualismo dos recursos compartilhados. Tudo é usado, nada é desperdiçado. Reciprocidade, autoconsciência, vontade de debater, boa memória, celebração coletiva e ajuda mútua são as características do comuneiro" (Vasallo, 2022. p. 114).

No entanto, e fazendo novamente uma análise marxista, a determinação do modo de produção e das relações de trabalho em relação às possibilidades de organização social impediu que essas comunidades continuassem a prosperar. Com o crescimento do comércio têxtil na Inglaterra no século XVII, a demanda pela criação de ovelhas aumentou, e as terras de uso comum, essenciais para a subsistência das pessoas que nela habitavam, passaram por um processo de cercamento (“privatização”), em que seu uso era somente permitido para o “dono legal” dessas terras. Expulsas de suas terras e afastadas de suas comunidades, essas pessoas passaram a representar uma ameaça ao sistema capitalista que nascia. Foram criadas leis que controlavam os costumes e atividades de lazer dos comuns, e suas festas e celebrações foram substituídas por rituais da Igreja. Com isso, houve grande fluxo migratório de pessoas para as cidades, onde elas se dedicavam a procurar sustento como fosse possível, muitas vezes sem sucesso. No contexto de pessoas ociosas e com fome, representando uma ameaça para a ordem pública, foram decretadas, também, leis contra a vadiagem, e nem as prisões eram capazes de acomodar tanta gente. Foi estabelecida, assim, uma narrativa que marginalizou esse grupo social e justificou as violências cometidas contra ele através de discursos que os acusava de “possuírem natureza rude” ou “serem selvagens de caráter”, através das leis supracitadas e dos discursos morais que diminuíram essas pessoas à uma condição sub-humana (Vasallo, 2022). A proibição de práticas culturais é uma maneira de gerar um sentimento de alteridade, despindo a outra e o outro de sua humanidade, colocando-os como selvagens em seu modo de vida e naturalizando a violência contra eles, justificado por um discurso depreciativo e que esconde os interesses econômicos por trás do processo de dominação (Hill, 2012).

Vale voltarmos um pouco a um exemplo citado anteriormente, e resgatar a exaltação da pobreza como um estado de santidade que foi feita pela Igreja até o século XIII. O discurso que valorizava a pobreza existiu enquanto resultava em doações materiais para a

Igreja em nome de uma suposta redistribuição desses bens para os pobres, mas mudou drasticamente quando o campesinato começou a se revoltar, criticando a ganância do clero e reivindicando uma reforma de classes. O catolicismo passou a afirmar, do século XIII em diante, que somente a pobreza voluntária era digna de mérito, e as pessoas que mendigavam nas cidades passaram a ser tratados como vadios, transformando os “pobres humildes e necessitados” em “vagabundos dissimulados” (Federici, 2017).

Em ambos os casos podemos apontar uma mudança na compreensão social sobre a classe dominada e, portanto, vítima das determinações superestruturais. Tanto os camponeses pobres no século XIII quanto os comuneros expulsos de suas terras no século XVII representavam uma possível ameaça às estruturas de produção em vigor nos respectivos períodos, denunciando uma situação de desigualdade e que culminou em determinações religiosas, morais, legislativas e estatais para legitimar a existência de uma classe dominante, através da criminalização (religiosa ou legislativa) da situação em que as pessoas pertencentes à classe dominada se encontravam.

“mudanças dinâmicas ocorreram em todos os aspectos da vida do campesinato europeu, incluindo as formas de vinculação social por meio de afetos e desejos. Essas mudanças não foram mais do que a réplica emocional do mesmo processo em níveis econômico, político e moral. A transformação em relação ao que mais tarde seriam o Estado e o capitalismo requer uma mudança radical e transversal de todos os relacionamentos, e aí vidas privadas são interpeladas diretamente. Pensar a intimidade como um espaço protegido dos poderes é um devaneio” (Vasallo, 2022. p. 113).

A importância da família nuclear isolada agora se dava para garantir o acúmulo de capital dos proprietários dos meios de produção, preocupados em manter a herança do capital adequadamente dentro do núcleo familiar, conferindo ainda maior importância para o sexo reprodutivo (e, portanto, heterossexual), possibilitando que o capital fosse mantido dentro do núcleo familiar através de laços sanguíneos (Hill, 2012).

Esse mesmo modelo de sociedade foi imposto às civilizações do mundo inteiro. O processo colonial no ocidente, entendido como invasão e exploração do território hoje conhecido como Americano, impôs uma narrativa única sobre as possibilidades de expressões de gênero, sexualidades, organizações sociais, afetivas, familiares e de prazer. Desde as cartas jesuíticas, os padres afirmavam que *“As tradições indígenas não poderiam conciliar-se com o “único, perfeito e verdadeiro casamento cristão”* (Nuñez, Oliveira, Lagos, 2022).

Os povos colonizados e explorados, incluindo as pessoas escravizadas no continente Africano e trazidas para *Abya Yala*¹ eram tidos como selvagens, menos humanos, e carentes

¹ Denominação anti-colonialista do território conhecido como Americano na língua de um povo originário chamado Kuna, que foi adotada por diversos movimentos indígenas como estratégia de descolonização. A utilização do termo aqui tem como objetivo não fazer uso

de moralidade, argumento fundamentado pela antropologia que surgia no século XIX, que colocava os ideais monogâmicos e núcleos familiares europeus como ápice da civilização, de maneira que todas as outras civilizações estariam atrasadas em seu desenvolvimento, justificando a imposição dos costumes e moralidades Europeias como maneira de acelerar o processo de “civilização” desses povos, quando não simplesmente desumanizando-os completamente como se fossem seres irracionais e, portanto, sem direito à liberdade e à direitos naturais (Hill, 2012). Cabe salientar o papel da hegemonia que age aqui também na produção das ciências, como na antropologia. Os componentes da superestrutura se entrelaçam e alimentam uns aos outros, justificando violências gigantescas através de uma análise científica que naturaliza uma relação de superioridade, dialogando com os discursos morais, religiosos e filosóficos que surgem simultaneamente, assegurando assim a continuidade das estruturas econômicas como necessário para a manutenção do status quo, produzindo o que é “normal” e o que não é; quem somos “nós” e quem são “as outras” ou “os outros”.

É isso que será chamado ao longo de trabalho de relação de alteridade, ou visão de alteridade: a produção europeia de um modelo a ser seguido, de uma unidade identitária específica e que detém o poder, em relação com um “outro”, inadequado, atrasado, menos humano, e que tem sua força de trabalho explorada ou sua subjetividade marginalizada. No contexto colonial, “as outras” eram frequentemente os povos colonizados, originários, escravizados. No contexto neo-liberal contemporâneo e monogâmico, as outras são as mulheres (exploradas através do trabalho doméstico não remunerado, por exemplo), as pessoas sexo-gênero dissidentes, as pessoas que moram no país ao lado, que torcem para o time de futebol diferente, ou onde quer a linha de alteridade possa ser traçada para gerar um cenário de marginalização na lógica de competição neo-liberal.

Foi assim que o modelo monogâmico, católico e colonial, que sempre pretendeu estabelecer sua religião e costumes como única possibilidade legítima, aniquilou povos inteiros, junto de suas espiritualidades, culturas e modos de vida. O modelo monogâmico, cisheteronormativo e patriarcal em que vivemos e reproduzimos hoje, tem, portanto, parte de sua origem no processo de extermínio em massa de povos originários, de suas culturas, espiritualidades e conhecimentos ancestrais, descartados como inferiores e selvagens.

Estabeleceu-se hegemonicamente o sistema monogâmico em Abya Yala, através da destruição de possibilidades alternativas de se relacionar e de se organizar socialmente, e lentamente nos convencendo da ilegitimidade “natural” delas, até chegarmos no ponto em que a própria legislação as proíbe: no título VII dos Crimes Contra a Família da legislação brasileira, capítulo 1, por exemplo: dos Crimes Contra o Casamento - item bigamia: “é crime contrair novo casamento já sendo casado”. Similarmente, o adultério também constava como

indiscriminado do termo “América”, em vista do teor crítico à colonização pretendido ao longo do trabalho.

um crime passível de encarceramento até 2005, denunciando a influência cristã na legislação mesmo de um Estado pretensamente laico, e dentro de um território que até poucos séculos atrás apresentava toda uma miríade de possibilidades de estruturas familiares, expressões de gênero, maneiras de se relacionar, culturas religiosas, etc. (Nuñez, Oliveira, Lagos, 2022)

Resta ainda notar o papel do capitalismo contemporâneo na produção do sistema monogâmico. O discurso meritocrático, competitivo e individualista típico do neoliberalismo justifica a posição de poder dos privilegiados, ao passo que trabalha para convencer os desfavorecidos pelo sistema de que, com trabalho duro e empenho, eles também podem tornar-se os privilegiados.

“A competitividade é o mecanismo básico de todos os processos e estruturas que ocorrem no mundo capitalista. A forma é simples: construir a ficção de uma estrutura hierárquica com um paraíso no topo e um inferno na base e colocar indivíduos, bem individualizados, competindo para alcançar o cume. Para que a competição funcione, a estrutura deve ser piramidal, com uma base ampla que se estreita em direção ao topo. Se todos se encaixam no paraíso proposto, a competição não é necessária, e todo o sistema perde o significado (e a eficácia). No topo, contudo, nem todos cabem. Assim, a pirâmide faz as bases (também desiguais entre si) competirem para chegar ao cume, gerando um amplo espaço de distúrbios, mas não de ruptura. Ou seja, as bases competem entre si, gerando perturbações, ruídos, disputa, mas trata-se de um confronto na horizontal, nunca afetando o próprio funcionamento da estrutura, a própria existência da estrutura. Na verdade, os distúrbios na base acabam por legitimar a existência do topo (Vasallo, 2022. p. 55).

O acúmulo de capital por uma pequena parcela da população em detrimento de outra, a classe dominada, é permitido porque o discurso hegemônico gera um cenário em que nem as beneficiadas e tampouco as prejudicadas nessa relação de poder têm plena consciência sobre as posições que ocupam. Esse viés de alteridade da outra, presente aqui como mera rivalidade competitiva, parte do mesmo lugar que permite a redução de pessoas escravizadas e colonizadas a uma existência não humana: são as superestruturas naturalizando padrões de dominação, e é também observável em outras relações de opressão contra grupos marginalizados. O racismo estrutural, a xenofobia, a transfobia, homofobia, a intolerância religiosa, a naturalização de pessoas em situação de rua, a meritocracia e a misoginia são todos processos de dominação por via da hegemonia que fazem parte do sistema monogâmico.

A monogamia, no sentido da presente pesquisa, torna-se, assim, uma ferramenta de análise capaz de denunciar violências estruturais complexas e variadas, porque opera a favor de alguns, e contra muitos outros, distribuindo privilégios e violências dentro do contexto capitalista e colonial hegemônico. Deste ponto em diante, o termo “monogamia” deve ser completamente desassociado de sua conotação coloquial, porque não fará referência a um

modelo de vinculação entre duas pessoas, mas a todo um aparato superestrutural que naturaliza certos tipos de agressões e exclusões silenciosamente. Enquanto no imaginário social a “monogamia” trata-se de uma escolha quanto à exclusividade sexual de um casal, o *sistema monogâmico* se refere à superestrutura que funda as próprias possibilidades de criação e gestão de vínculos e de tipos de relacionamentos possíveis, sendo *todos eles* monogâmicos, na medida em que são mediados pelas regras monogâmicas da normatividade hegemônica atual, atravessadas pelo pensamento neo-liberal e pelos vestígios deixados pela influência católica e colonial, que operam em um patamar que antecede a escolha individual, atuando nos próprios costumes e morais que delimitam as possibilidades em si. O *sistema monogâmico*, assim, não é uma escolha. É a própria fibra da realidade material que rege as possibilidades de relações interpessoais no ocidente contemporâneo.

Capítulo II: A distribuição de violências e afetos no sistema monogâmico

“No amor, como na guerra, tudo vale”.

Quem são as pessoas a quem oferecemos amor e cuidado? e quem são aquelas que permitimos, literalmente, naufragar? Em 18 de junho de 2023, um submarino turístico com cinco tripulantes perdeu contato com sua base, e cerca de dez embarcações foram empregadas na busca por ele, a 600km da costa do Canadá, em um processo que foi acompanhado por milhões de pessoas ao redor do mundo através de noticiários e redes sociais. No dia 14 de junho do mesmo ano, apenas quatro dias antes, ocorreu um dos naufrágios mais mortais da história recente do mediterrâneo, com um número estimado de mortes de 700 pessoas, entre elas 100 crianças. O navio carregava imigrantes que vinham em sua maioria do Paquistão, Síria e Egito, e o navio afundou próximo à costa da Grécia, sem interferência da Guarda Costeira do país. Houve um grande interesse em saber da história dos tripulantes do submarino, que foram tratados como indivíduos com interesses e paixões, e tiveram o luto de suas famílias considerados com comoção pela mídia, ao passo que não pudemos observar a mesma preocupação com os imigrantes que naufragaram no mesmo período. Quais são as subjetividades que nos importa cuidar, e quais são as subjetividades que permitimos morrer afogadas? (Idoeta, 2023)

Podemos nos utilizar destes fatos como evidência anedótica para começar a investigar a maneira como distribuímos nossos afetos, cuidados e violências. Nós construímos fronteiras entre nações do mesmo modo individualista e competitivo que construímos nossas relações interpessoais no mundo contemporâneo. A imagem construída sobre um imigrante é de um “outro” que ameaça nosso bem-estar, nossa segurança e conforto, que vem para competir conosco e nos colocar em perigo, ameaçando nossa identidade como nação, nossos costumes e cultura. É com essa mesma noção de alteridade, como apresentada no capítulo anterior, que

nos deparamos também naquilo que é chamado “amor romântico”, e em como construímos nossas relações afetivas.

O pensamento monogâmico é também o pensamento binário que separa o “nós” e o “eles”, que são as outras, os grupos marginalizados pelo sistema capitalista e monogâmico, que não merecem nosso cuidado e que são negadas os mesmos direitos aos quais temos acesso: à vida, ao bem-estar, à reprodução e ao direito de formar um casal (Vasallo, 2020).

A monogamia não determina somente a união heterossexual entre duas pessoas, mas também quem está excluído dessa possibilidade. Pessoas imigrantes, pessoas com diagnósticos psiquiátricos, LGBTQs, pessoas racializadas ou idosas, são alguns grupos impedidos, por vários motivos, de formar um núcleo reprodutor da mesma maneira que, para outros grupos, é imposta como uma obrigatoriedade. A exclusão se dá através de legislações e práticas estatais ou sociais. Entre as práticas sociais, podemos usar de exemplo relacionamentos LGBTQs que não são permitidos consolidarem-se ou atingirem o casamento por famílias intolerantes à união homoafetiva; além de pessoas com diagnósticos psiquiátricos como autismo, esquizofrenia, déficit intelectual ou outros que ficam sob os cuidados de uma família que não as permite explorar suas sexualidades e relações amorosas como seria permitido (e esperado) de pessoas sem esses diagnósticos; algo que também ocorre com as mulheres não mais em idade reprodutiva, muitas vezes já mães ou avós que, no mundo patriarcal, são designadas sempre funções de cuidado, porém sendo negadas o cuidado que seria o reconhecimento de seus desejos relacionais e sexuais.

Quanto às práticas estatais, no Brasil não há legislações que garantem a união homoafetiva, que são permitidos por interpretação do sistema Judiciário de que pessoas homossexuais têm o mesmo direito ao casamento que pessoas heterossexuais. Dessa maneira, há espaço para projetos de lei como o PL 580/2007, que ameaçam proibir o casamento homoafetivo, direito que só foi conquistado recentemente no Brasil e outros países do Ocidente. Mas é possível resgatar exemplos ainda recentes de intervenções Estatais violentíssimas no âmbito reprodutivo no mundo ocidental: A França foi condenada pela justiça Europeia em 2017 por forçar pessoas trans a passar por processos esterilizantes para serem reconhecidas pela sua identidade de gênero, a Suécia esterilizou 230 mil pessoas entre 1935 e 1996 numa tentativa higienista de eliminar populações ciganas, lapões, pessoas mestiças, com câncer e pobres. No visto de imigrantes em países europeus está o nome da pessoa com que a ou o imigrante está casada ou casado, além de serem submetidos à processos burocráticos absurdos para provar que a união marital é fruto de amor, e não por outros motivos, o que não é somente uma política xenofóbica, como também anti-lgbt, no sentido em que uma união heterossexual pode ser o único caminho para um imigrante lgbt conseguir um visto de residência (Vasallo, 2022).

Dessa maneira, esses grupos, já marginalizados socialmente, encontram na monogamia ainda outros padrões de exclusão através do imaginário manicomial, colonial, patriarcal, binário de gênero e heterossexual, que se cristaliza em violências superestruturais

completamente naturalizadas dentro do sistema monogâmico de distribuição de afetos e violências que, vale notar, é um sistema obrigatório para todos, fazendo uma análise através do prisma hegemônico.

Podemos, no entanto, ir além e explicitarmos também os problemas encontrados mesmo entre aquelas e aqueles que estão incluídos na monogamia. O sistema monogâmico determina um cenário ideal: união duradoura de um homem cisgênero com uma mulher cisgênera, através de um vínculo romantizado em que se estabelece um compromisso sexual e a expectativa de um futuro reprodutivo, fazendo uma promessa de que, nesses moldes, encontraremos um *amor verdadeiro*, outra ficção naturalizada e enraizada no imaginário monogâmico, que promete um vínculo de cuidado confiável e fiel para a vida toda, onde será possível construir um lar com crianças e onde nos sentiremos realizadas e felizes.

“O sistema monogâmico, como o capitalista, colonial ou o patriarcal, como todos os sistemas que nos mantém ligadas a estruturas de opressão e dor, são promessas de felicidade. Se formos boas, se seguirmos as instruções, tudo ficará bem. Se tivermos relações monogâmicas, não sofreremos: encontraremos um grande amor que durará a vida inteira sem muitos imprevistos, mas com intensidade constante, nos reproduziremos sem contratemos e teremos uma família feliz que nos fará sentir acompanhadas. Seguras. Se trabalharmos e não fizermos muito barulho, se não nos sindicalizarmos além do que é permitido oficialmente, se não reivindicarmos muitas melhorias nas condições de trabalho nem tentarmos desarticular o sistema, e se estivermos gratas pelo trabalho conquistado (“o trabalho dignifica”, ironizava o humorista espanhol Pepe Rubianes), teremos acesso ao precioso mundo da estabilidade econômica e do bem-estar consumista para poder comprar objetos de felicidade: casas com jardim, carros com ar-condicionado, cremes antienvelhecimento e férias em paraísos artificiais (Vasallo, 2022. p. 64 e 65).

Podemos começar essa análise investigando o compromisso sexual. Quando a monogamia é apresentada como maneira superior de nos vincularmos umas com as outras, é através de um discurso sobre fidelidade, palavra que tornou-se eufemismo para descrever a exclusividade sexual dentro de um relacionamento afetivo-sexual. Contudo, apesar das oscilações nas estatísticas, os dados sobre a infidelidade entre pessoas casadas raramente fica abaixo de 30%; e precisamos também analisar estes dados sob a lente de uma cultura falocêntrica e heteronormativa, capaz de considerar “traição” somente uma relação sexual com penetração, isentando-se da responsabilidade com a contraparte monogâmica quando engajando em outros tipos de relações eróticas e/ou sexuais. (Vasallo, 2022).

A violência aqui é mais sutil do que aparenta, porque não se dá somente com as pessoas “corneadas” pelo sistema, mas também com a amante ou o amante, e especialmente com a sexualidade. Quando se delimita o certo e o errado, delimita-se também onde traçamos o viés de alteridade, quem somos “nós”, e quem são “os outros”. São definidos, assim, os

tipos de relações permitidas e proibidas, explicitando o vínculo hierarquicamente superior do casal, e excluindo a amante ou o amante (a “outra”) de qualquer consideração do âmbito do cuidado, porque o vínculo estabelecido, não sendo um casal monogâmico, não é digno de manutenção, o que termina por deixá-la às margens, onde ela ou ele será julgada como imoral, de mau caráter e, no caso feminino, como promíscua. É necessário salientar que a traição faz parte do sistema monogâmico e, na verdade, só existe dentro dele.

Podemos considerar também as filhas bastardas, figuras completamente abandonadas pelo sistema monogâmico, porque são pessoas que nasceram fora do núcleo familiar principal e, por conseguinte, também não são dignas de cuidado, e tornam-se uma “outra” despida de sua humanidade. Há igualmente uma violência contra a sexualidade, consequência residual da moralidade Católica, como apresentada no capítulo anterior, que impõe um julgamento sobre a legitimidade de relações sexuais sem fins reprodutivos, fazendo julgamentos contra sexualidades dissidentes (fetichistas, homossexuais, não penetrativas, etc.), mesmo para pessoas que compõem um casal, ao delimitar quais as práticas sexuais aceitáveis ou não.

Para que as dinâmicas do *Pensamento Monogâmico* funcionem, são necessárias essas diferenças com a outra (o outro). Quiçá mais adequado seria dizer que a estrutura monogâmica *produz* a diferença, a começar pela binariedade de gênero. Não é possível pensar a monogamia separada do sistema sexo-gênero heterossexual e binário “homem e mulher”.

As servidões do sistema binário sexo-gênero só podem resultar na monogamia, pois tudo o que se refere à construção da masculinidade hegemônica e da feminilidade hegemônica e binária é pensado para nos levar à codependência, à confrontação entre iguais para formar o núcleo reprodutor e, uma vez formado, ao cercamento e à propriedade privada desse núcleo reprodutor [...]. Essa estreita relação de dependência e construção recíproca entre o sistema monogâmico e o sistema binário sexo-gênero torna-se mais forte a partir desta época e lugar que chamamos de modernidade. Não são uma invenção da modernidade, mas se firmam na Europa e, a partir daí, impõem-se ao resto do mundo por meio de processos de colonização, colonialidade e globalização (Vasallo, 2022. p. 128 e 129).

É importante notar que a diferença de gêneros já existia em vários lugares antes da colonização europeia, e a dominação masculina também. Mas não podemos afirmar que as formas de dominação masculina são iguais indiferentemente dos contextos, ou que a hegemonia do patriarcado no Ocidente é fruto de uma sequência natural de eventos relacionados à diferença entre os sexos, por mais naturalizado que esse discurso possa ser: “o homem é mais forte” ou “a mulher possui um instinto cuidador”, diria o pensamento monogâmico. A colonização e o capitalismo impuseram uma forma específica de desigualdade de gênero no mundo contemporâneo, se tratando hoje de uma dominação por

meio da hegemonia, através de pactos sociais inoculados em nosso pensamento e que determina os diferentes papéis sociais que homens e mulheres devem performar, através de ainda outro processo que atravessa os ideais capitalistas e coloniais de individuação e de produção da mesma alteridade “nós” e “elas”, entre os gêneros, os homens enquanto sujeitos, e as mulheres tendo suas existências reduzidas à subalternidade por meio de discursos essencialistas, até chegar ao absurdo de ser sugerido haver preferências supostamente inatas para cores diferentes, como rosa e azul, ou que mulheres não têm o que é necessário para ocupar posições de poder sob a justificativa de serem seres menos racionais. A diferença e a dominação se tornam tão grandes que é capaz de permitir até o massacre de um gênero sobre o outro:

Tomemos, por exemplo, os feminicídios. A existência das mulheres não ameaça o sistema nem a existência dos homens. Pelo contrário, vimos até que ponto ambas as construções são codependentes. Porém, um tipo de mulher ou um tipo de rebelião entre as mulheres, sim, ameaça a existência de um tipo de homem. E esse morticínio é aceitável. A prova? Em 2016, 105 mulheres foram assassinadas no Estado espanhol sob a marca do feminicídio. Se fossem 105 homens mortos pelas mãos de mulheres, a convulsão social teria sido extraordinária (Vasallo, 2022. p.129-133).

A diferença de gênero tida como inerente necessária para a reprodução é mediada pelo pacto hegemônico que concede uma posição de poder ao homem, e submete a mulher a uma posição marginalizada, gerando assim o casal monogâmico. O assassinato de mulheres é só uma das configurações das violências misóginas permitidas pelo pensamento capitalista monogâmico hegemônico, servindo somente de exemplo último para o extenso e complexo fenômeno que é a violência de gênero contra a mulher dentro e fora do casal. O estupro marital, a desigualdade na divisão de tarefas domésticas, de criação dos filhos e o poder de decisão sobre as finanças familiares delegada ao homem são alguns outros exemplos de práticas produzidas e naturalizadas pelo sistema monogâmico, e então mantidas por sua hegemonia.

É interessante também pensar que nem todo homem cisgênero pode unir-se maritalmente com qualquer mulher cisgênero dentro do sistema monogâmico. Em 2008, veio a público um caso no Reino Unido já casado que descobriu serem irmãos gêmeos um do outro, e foram obrigados a se divorciar. O sexo entre irmãos é proibido por lei em vários países europeus. Mesmo que não seja o caso no Brasil, o discurso de que a reprodução entre pessoas parentes de sangue resultará em malformações na criança está muito presente no imaginário social. (Vasallo, 2022). De acordo com Carolina Fischinger Moura de Souza, especialista em genética médica, em notícia publicada no portal R7: “*Se não tiver histórico, o risco de um casal do mesmo sangue ter filhos com doenças é de 5% a 6%. Já o da população geral é de 3%, segundo estudos. Na comparação, é maior, mas é considerado baixo*”. (MARQUES, 2020). O maior argumento para justificar a proibição moral de união entre

irmãos não se sustenta, mas o que nos importa é a própria construção desse argumento. A monogamia automaticamente associa o sexo com reprodução, e proíbe hegemonicamente qualquer possibilidade onde a reprodução, supostamente, não seria possível. Nos deparamos aqui novamente com a influência do discurso católico hegemônico da Idade Média no imaginário social contemporâneo.

Ao analisarmos quais os corpos que são permitidos se reproduzir e quais não são, conseguimos denunciar, a partir do pensamento monogâmico, os corpos privilegiados e os corpos desprezados pelo sistema. As uniões mestiças, bastardas, entre pessoas de nacionalidades diferentes, entre pessoas de diferentes formas de racialização e entre pessoas de classes diferentes são menos permitidas, porque o pensamento monogâmico é também capitalista e colonizador, apresentando também sua xenofobia e discriminações de classe através da forma como os casais são formados (Vasallo, 2022).

Mesmo quando pensamos em “poliamor”, entendido socialmente como arranjo relacional “ético” entre três pessoas ou mais, ele também está situado dentro do sistema monogâmico e xenofóbico. Brigitte Vasallo comenta várias vezes ao longo do livro “O desafio poliamoroso” sobre a xenofobia explícita no discurso de grupos autointitulados “poliamorosos” ou “não-monogâmicos” na maneira como eles afirmam enfaticamente a diferença entre o que chamam poliamor e a poligamia muçulmana.

“o poliamor eurocêntrico se declara superior a outras formas relacionais muito parecidas, pela suposta cláusula de igualdade de gênero. Tal e como se explica nos inúmeros sites relacionados à questão, a poligamia só é permitida aos homens, que podem ter várias esposas, enquanto no poliamor tanto os homens quanto as mulheres podem ter vários/as parceiros/as. Essa é a teoria, mas, por mais que seja evidente que a possibilidade ou a impossibilidade não se baseia apenas em ter uma pistola na cabeça, mas nas normas sociais, biopolíticas e hegemônicas que fazem com que alguns corpos tenham mais opções que outros, cada vez que ressaltamos essa questão explode uma bomba atômica poliamorosa [...] É extremamente difícil falar sobre desigualdade de gênero em comunidades poliamorosas heterocentradas, por mais que se autointitulem poliamorosas e igualitárias. O simples fato de serem heterocentradas já complica a questão da igualdade, sem dúvida alguma” (Vasallo, 2022. p. 151).

O alcorão, principal texto religioso islâmico, coloca o foco dos relacionamentos múltiplos na equidade. O machismo muçulmano torna a questão mais complexa do que isso, mas é interessantíssimo notar que temos uma comunidade humana que lida com essas questões desde o século VII, ao passo que observamos os grupos “poliamorosos” terem mais interesse em negar suas semelhanças com eles do que em buscar aproximarem-se das e dos praticantes da poligamia para debater práticas pertinentes aos relacionamentos múltiplos, as estratégias empregadas para tentar atingir essa equidade ou qualquer outro tipo de diálogo no geral.

“como também já vimos, essas construções racistas e islamofóbicas são produto do Pensamento Monogâmico que nos faz temer a contaminação. Se nos aproximamos das experiências poligâmicas, só podemos amá-las ou odiá-las. Não podemos achar interessantes algumas partes de seus ativismos ou resistências porque, assim, correríamos o risco de ser atingidas pela flecha do cupido, nos apaixonarmos perdida e cegamente e nos casarmos com a poligamia para sempre. Ou com ela, ou comigo. Ou com poliamor, ou com poligamia. Sem zonas bastardas, sem redes afetivas, sem alianças estratégicas, sem amores múltiplos” (Vasallo, 2022. p. 152).

Em um mundo competitivo, polarizado e colonial, ou seja, em um mundo monogâmico, não há muito espaço para amor e cuidado verdadeiros. Nossas alianças e uniões, assim como nossa distribuição de afetos, estarão sempre marcadas pela realidade material que funda nosso próprio pensamento e nos cega diante da naturalidade com que eles chegam até nós. Em outras palavras, e utilizando do mito da caverna de Platão, somos prisioneiras diante de um mundo que se apresenta como sombras monogâmicas projetadas nas paredes à nossa frente. E quais são nossos caminhos em direção à liberdade?

Capítulo III: Terrorismo não-monogâmico

“A humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver”

- Karl Marx

Para pensar o que seriam possibilidades de libertação dos ciclos de violência do sistema monogâmico, pode ser interessante tentar traçar um pouco do caminho inverso do que foi feito até aqui, e indagar não sobre as violências do sistema, mas sobre as possibilidades de cuidado dentro dele. Mergulhar uma última vez nas investigações sobre o sistema monogâmico, agora com o intuito de descrever as possibilidades de cuidado que existem dentro dele, questionando sua eficácia, seus limites e direcionamentos; e nos utilizar dos aspectos do *Pensamento Monogâmico* discutidos até então para, finalmente, podermos traçar alguns caminhos alternativos, verdadeiramente *não-monogâmicos*, tentando desconstruir alguns dos ciclos de violência e buscando lugares capazes de cuidado mais potentes.

Se no mundo ocidental marcado pela lógica neo-liberal vivemos sob um regime de individualidade que produz um olhar de rivalidade, competitividade e diferença em nossas relações interpessoais, existem espaços onde são possíveis olhares de inclusão, respeito ou até celebração da diferença? Ou nossas alianças só são possíveis com aquelas e aqueles com quem sentimos alguma identificação, ainda sustentando relações de oposição com a diferença?

No início do primeiro capítulo, parte da definição de “monogamia” apresentada foi: “*a monogamia é também um sistema de hierarquização das relações que valoriza o casal e os vínculos consanguíneos, enquanto desvaloriza todos os outros tipos de relações, de vizinhos a colegas de trabalho, de amizades próximas a desconhecidos*”. Neste capítulo entenderemos um pouco melhor as implicações dessa valorização do casal e dos vínculos consanguíneos acima de quaisquer outros, porque quase todas as nossas práticas de cuidado e responsabilização sobre o bem-estar das outras estão direcionadas unicamente para estes dois tipos de vínculo.

O sistema monogâmico define a hierarquia com a qual vamos organizar nossos vínculos. No topo da escala estão os laços reprodutivos, o eixo principal formado pelo casal heterossexual. Em seguida, há os laços consanguíneos, e por último ficam os vínculos não consanguíneos (Vassalo, 2022). É no regime dessa mesma hierarquia que distribuimos nossos cuidados e atenção. Em primeiro lugar ficam as necessidades da contraparte romântica que compõe o casal e sua descendência, seguido pelo cuidado oferecido para a família consanguínea, e por último o cuidado direcionado aos vínculos que chamamos “amizades”. Muito mais facilmente deslocamos nossas prioridades cotidianas para atender uma crise localizada dentro do núcleo familiar primário (casal e filhos) do que uma crise ocorrendo fora dele, e ainda o fazemos mais facilmente quando a demanda por atenção surge de pessoas com quem temos alguma relação de parentesco do que quando o vínculo é “somente” uma amizade. Essa hierarquia monogâmica descreve, na verdade, diferentes *sentimentos*, como amor e responsabilidade. “*O amor mais amor de todos é o casal e sua descendência*” (Vassalo, 2022. p. 38). É entendido pelo Pensamento Monogâmico que o *amor de verdade* é aquele sentido dentro do núcleo familiar, que é um amor diferente daquele que sentimos por outros membros da família ou do “amor de amizade”. A superioridade dessa forma específica de pensar e entender as relações determina como serão organizados vários aspectos da vida em sociedade, além da própria experiência individual ao experienciar sentimentos dentro dessas normas, e não fora delas.

Um exemplo disso: a grande maioria das pessoas na Europa vive em casal. Não fazer isso é uma exceção entendida como um fracasso vital. Existem poucos exemplos de vidas em comum fora desse formato. Nem a arquitetura está preparada para isso, uma vez que as casas e os apartamentos são projetados com um quarto de casal e quartos individuais para os filhos. Os carros têm dois assentos na frente (papai e mamãe), e as motos, dois assentos (para você e sua namorada/namorado). E assim até o infinito (Vassalo, 2022. p. 39).

Dessa maneira, fica estabelecido a quem prestamos nossos serviços de cuidado, e por quem nos sentimos responsáveis por cuidar. Nossa moral e cultura de cuidado, então, determina que devemos nos sentir muito responsáveis pelo bem-estar daquelas que estão dentro do núcleo reprodutor e ainda bastante responsáveis por aquelas com quem temos laços

de sangue. As amigadas, por outro lado, se encontram em uma área cinzenta. Essas pessoas têm (ou deveriam ter) os próprios espaços de cuidado vinculados aos seus próprios núcleos familiares, e são pessoas que, mesmo que sejamos capazes de afirmarmos nosso amor por elas, nem sempre sentimos a *responsabilidade* de cuidarmos delas, tratando-se de casos onde mais frequentemente sentimos estarmos fazendo um favor, “dando uma força”, ou qualquer equivalente que represente intencionalidades alternativas para o cuidado, que não uma relação de responsabilidade. O caso de pessoas cujo vínculo é ainda mais estreito do que as amigadas, como pessoas que chamamos “conhecidas” e, por último, o caso de pessoas desconhecidas, frequentemente não nos implica nenhum sentimento de responsabilidade. A hegemonia do pensamento monogâmico e neoliberal (individualista, competitivo, meritocrático) permite que não nos sintamos responsáveis pelo sofrimento alheio. Os indivíduos que compõem as sociedades monogâmicas são capazes de afirmar que a situação em que *o outro* se encontra não lhes diz respeito, como se cada pessoa vivesse em um mundo à parte, desconectado de seu entorno social. Isso se materializa em portas com fechadura, em vizinhos cujo nome pouco interessa conhecer, em pessoas em situação de rua que o discurso liberal será capaz de afirmar: “se colocaram nessa situação porque tiveram preguiça de procurar emprego” ou “não se esforçam o suficiente para sair dessa situação” e em um imaginário individualista de pertencimento que se restringe ao núcleo familiar e preocupa-se somente com ele, incapaz de imaginar-se parte de um todo que ultrapasse as paredes da própria casa.

Resgato aqui a mesma análise marxista feita no primeiro capítulo. A base da sociedade, ou seja, toda a organização econômica e de produção, e as relações de trabalho que surgem dela, determinam a superestrutura cultural e moral que serão responsáveis por fazer a manutenção dessa mesma base. O pensamento meritocrático e individualista é absolutamente indispensável para manter as bases da sociedade capitalista operando sem contratempos. Pensar no bem-estar coletivo seria uma afronta sem precedentes para o modo de produção capitalista porque exigiria lidar com a contradição de estar produzindo indivíduos marginalizados e, ao mesmo tempo, precisar pensar no bem-estar deles. A superestrutura então permite certos tipos de narrativas, capazes de naturalizar a violência e manter o modo de produção operando perfeitamente. A monogamia nada mais é do que parte desta superestrutura, determinando que a única preocupação justa é com a própria família, e que qualquer outro tipo de organização de cuidado é inadequado.

“O sistema monogâmico não organiza uma forma de sobrevivência coletiva, mas quer que nos reproduzamos de forma identitária e exclusiva, com nomes e sobrenomes, com linhagem, com marcas de nascença. É reproduzir nossa casta e colocar nossa marca, os direitos autorais, a denominação de origem, o código de barras, para saber exatamente quem pertence a onde e o que pertence a quem. As crianças paridas pelo sistema monogâmico não são filhas de uma comunidade, são filhas de um pai com nome e sobrenome

e de uma mãe com nome e sobrenome. E não ter sobrenomes é tão grave quanto tê-los e não querer transmiti-los” (Vasallo, 2022. p. 40).

O vínculo genético é tão importante que o privilegamos acima dos vínculos de criação das crianças; que um doador de esperma para um casal lésbico é considerado o “pai biológico”. Em formulários estatais pergunta-se sempre o nome dos “pais” ou do “tutor legal”, e há uma diferença gigantesca no significado atribuído a cada um desses termos. As figuras de “padrasto” ou “madrasta” carregam igualmente um peso quase pejorativo no imaginário monogâmico, porque são vínculos que nunca chegarão ao mesmo nível de “pai” ou “mãe”, significando marcas de impureza, de relações bastardas. O vínculo genético se torna inquestionável, indestrutível, irrenunciável, mesmo para aquelas e aqueles que foram expulsas de seus núcleos, quando as relações familiares foram tão violentas que não permitiu um ambiente habitável (Vasallo, 2022).

“Nessa configuração de distribuição de cuidados, a família torna-se o único refúgio confiável, tratando-se de vínculos mantidos pela vida toda sob o discurso mítico de predestinação e amor incondicionais. E é um refúgio absolutamente necessário. Esse Casal® também é o último refúgio contra as inclemências de um mundo obscenamente hostil e a última possibilidade de resgate desse naufrágio coletivo, essa promessa de salvação. Acabar com esse vínculo sexo-afetivo (único, exclusivo e hierárquico) sem abrir outras perspectivas comunitárias é também expor-se a uma solidão que é real em um mundo igualmente real, neste território de desamparo que habitamos, de indiferença generalizada em relação ao destino de seus semelhantes, do seu ambiente. Numa realidade em que ninguém pega você quando cai, onde ninguém se importa quando a derrubam, onde sua própria sobrevivência está sob ameaça constante, às vezes real, às vezes fictícia, onde ninguém pode nem sequer lhe trazer uma sopa quente quando você está com frio ou doente. Nesta realidade sem nenhuma poética, o casal cumpre uma função de apoio necessária. Cheio de violências, é claro, de miséria, é claro, de deficiências. Mas, junto com ansiolíticos e antidepressivos, é uma das soluções de emergência mais acessíveis que temos no momento. Desmontar esse núcleo não nos deixa nada” (Vasallo, 2022. p. 83).

Nós precisamos de pontos de ancoragem e refúgio, de pessoas dispostas a preocuparem-se com nosso bem-estar, porque ele não é dado. Se não firmarmos nossas alianças estrategicamente, não teremos ninguém com quem contar. Não temos uma comunidade interessada em pensar o bem-estar e cuidado coletivo, muito pelo contrário. *“No mundo a partir do qual eu escrevo, oferecer suporte é opcional. Você pode apoiar ou não. Ou melhor, vivemos na fantasia de poder apoiar ou optar por não o fazer, na absoluta ignorância da interdependência” (Vasallo, 2022. p. 60).* Dessa maneira, a construção de um

casal torna-se o único refúgio permitido, especialmente quando a família é ou está inacessível ou indisponível.

Há novamente uma distribuição desigual de privilégios dentro do sistema monogâmico, agora diante das possibilidades de cuidado. São privilegiadas as pessoas que nascem dentro de um núcleo heterossexual, cujas certidões de nascimento constam os nomes e sobrenomes dos pais; cujas famílias dispõem de poder aquisitivo para fornecer bons planos de saúde, educação de qualidade e outros marcadores de classe; cuja cor de pele é branca; que não são imigrantes, entre outras. E são marginalizadas pessoas órfãs; com pai desconhecido ou ausente; nascidas em famílias pobres; imigrantes; racializadas; pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+ em contextos familiares intolerantes ou que, de alguma forma, desafiam o ideal de família perfeita através de subjetividades e/ou comportamentos dissidentes, como aquelas que fazem uso de substâncias não permitidas pelos costumes e morais vigentes, ou que adoecem com transtornos mentais estigmatizados, como a depressão. No sistema monogâmico, quando a família não é possibilidade de refúgio, resta somente o casal para realizar essa função. Na ausência da possibilidade também de formar um casal, há um desamparo completo.

Dessa maneira, o contexto social e superestrutural também permeia as possibilidades de cuidado que determinados corpos podem receber, mesmo que sutilmente. Corpos mais atraentes para os padrões estéticos impostos pelos padrões de consumo capitalistas, como os magros, brancos e jovens, têm mais facilidade para encontrar parceiros românticos e, portanto, firmarem parcerias de cuidado dentro do molde monogâmico. E o oposto vale para pessoas com deficiência, com diagnósticos psiquiátricos ou que desafiem os padrões normativos de um jeito ou de outro.

Podemos concluir, portanto, que as possibilidades de cuidado no âmbito das relações interpessoais no mundo monogâmico são marcadas pela viabilidade de recorrer a uma estrutura familiar estabelecida, capaz e disponível, ou pelas possibilidades de formar um casal, uma vez que a cultura individualista e meritocrática impede outros tipos de vinculação onde o cuidado é confiável e duradouro. Somos então pressionadas para nutrirmos boas relações com nossos familiares, mesmo que diante de desconfortos e violências, para manter namoros ou casamentos mesmo que em situações abusivas, e para fazer o que for necessário para nos tornarmos desejáveis diante daquelas e daqueles com quem poderíamos formar um casal, o que implica principalmente as mulheres em ciclos de preocupação com a aparência física. Não à toa, a incidência de transtornos alimentares como anorexia e bulimia é nove vezes maior em mulheres do que em homens (G1, 2019).

A hegemonia do *Pensamento Monogâmico* e capitalista constroi a maneira como criamos vínculos e distribuimos cuidados umas com as outras, assim como fazia a hegemonia do pensamento cristão na Idade Média. No entanto, como vimos, houveram naquele período grupos de pessoas dispostas a desafiar a normatividade cristã, criando espaços de resistência e apoiando-se mutuamente, sendo capazes de explorar espaços onde suas crenças podiam

reverberar, onde suas ideologias, práticas e costumes dissidentes pudessem habitar, mesmo que na marginalidade e com os riscos de repressão da Igreja no período. Quem são os heréticos do sistema monogâmico?

Se chamamos “monogamia” todo este aparato hostil, superestrutural e hegemônico de distribuição limitada de afetos e cuidados, e também de diversos tipos de violências, o caminho para vias alternativas deve ser através de uma tentativa de construir uma *não-monogamia*, ou seja, uma proposição capaz de negar os ciclos de exclusão e violência, de reprogramar completamente a maneira como enxergamos nossas possibilidades de estabelecer e manter nossos vínculos interpessoais, e também nosso repertório quanto à oferta de cuidado umas com as outras.

Trago outra citação de Brigitte Vasallo, com toda a sua poética desafiadora, irônica e revolucionária, com o intuito de dar voz à uma narrativa tão dissidente quanto as que inspiraram todo este trabalho em primeiro lugar.

“Romper a monogamia não é para brancas, magras, sensatas, bonitas e bem-nascidas, mas justamente para todas aquelas para quem a monogamia é ainda mais falaciosa. É necessário rompê-la por completo[...]. Quebrar esses mecanismos, cuspir neles e nos tornarmos intransmissíveis, irreprodutíveis e intoleráveis. Quebrar a monogamia não é para aquelas que se envolvem com quem desejam, não é para gente normal, nem para as modernas, nem para hipsters, nem para os esquerdomachos, nem para as namastês. É a ruptura das fracassadas, das perdedoras, daquelas que habitam a margem de qualquer margem, aquelas que nunca encontraremos uma parceira com quem fazer um ninho, porque não há ninho que nos contenha ou queira nos conter. É para a garota abandonada no terceiro mês de gravidez, para as sapatonas de cidades pequenas, para as que passaram dos quarenta, para as soropositivas, para as bichas da escola, para as pessoas trans sem passabilidade, para as que foram rejeitadas pelas suas, por seu clã, para as que não se encaixam nem em sua raça, nem em sua classe, nem em sua linhagem, nem em seu entorno, nem em sua pátria. Para as que não temos um lar para onde retornar, nem uma pátria para a qual voltar, nem uma mãe à qual recorrer, nem familiares com quem passar os feriados para logo em seguida criticá-los nas redes sociais. Para todas aquelas que não sabemos o que fazer com nosso corpo e nossa vida, porque sabemos o que significa estar sozinhas e o que realmente significa ter sido abandonada. Para as que nos tornamos imunes aos capitais emocionais porque nunca investiram em nós. A partir daí, da ferida profunda, somente a partir daí podemos construir outra coisa. As ferramentas do senhor não desmantelarão a casa do senhor. Temos outras ferramentas porque somos feitas de outra substância. À base da porrada, mas de outra substância. Só precisamos rasgar a fantasia de uma vez por todas, soltar a última amarra, fugir do influxo. dos centros de

desejo, sair inclusive da margem para habitar outro lugar, encontrar nossas iguais, olhá-las na cara, nomeá-las.

E começar realmente a construir outra coisa” (Vasallo, 2022. p. 85 e 86).

Romper com a monogamia é buscar refúgio em um mundo que não nos cabe, longe das narrativas normativas que produzem violências contra nós mesmas. É tentar construir espaços seguros em um mundo sempre pronto para nos atacar, é reivindicar narrativas dissidentes capazes de desarmar mesmo os nossos próprios pensamentos competitivos inoculados pelo pensamento capitalista, buscar maneiras de desconstruir essa concepção isolada, individualizada e fragmentada de existência que separa o “nós” e o “eles”, que produz indivíduos sozinhos e, naturalmente, aterrorizados diante dessa solidão, convencendo-os em seguida que a saída dessa situação será através de uma união mítica com alguém que os oferecerá tudo aquilo que sempre faltou, e jamais através de proposições capazes de desconstruir a solidão, o individualismo, as violências e a *estrutura monogâmica* que os colocou nessa posição vulnerável em primeiro lugar.

É necessário substituir o imaginário monogâmico por outro. Se a narrativa hegemônica permite apenas famílias nucleares isoladas, precisamos propor noções de família estendidas e capazes de valorizar laços não-sanguíneos. Se o imaginário monogâmico depende de uma lealdade identitária para se responsabilizar pelo cuidado com alguém, é necessário semearmos noções de codependência, interdependência e corresponsabilidade, para só então colhermos possibilidades mais compromissadas de cuidado umas com as outras. Se o imaginário monogâmico envolve a distinção binária entre dois gêneros, devemos também desconstruí-la.

Paul Beatriz Preciado, escritor transgênero feminista, escreveu um livro sobre sua jornada biopolítica de transição de gênero. *“Não tomo testosterona para me transformar em um homem, nem sequer para transexualizar meu corpo. Tomo simplesmente para frustrar o que a sociedade quis fazer de mim”* (Preciado, 2018. p. 18). O autor versa sobre as imposições sociais ao redor das performances de gênero, e realiza um experimento-performance com seu próprio corpo, fazendo uso de testosterona como ferramenta política de desconstrução do sistema sexo-gênero binário através da própria experiência subjetiva, um *“experimento político que durou 236 dias e noites”* (Preciado, 2018. p. 14).

O autor não passou pelas avaliações psicológicas e protocolos psiquiátricos geralmente exigidos para obter a testosterona, entendendo que o controle de corpos biomolecular exercido através do controle quanto ao acesso aos hormônios sexuais é somente outro instrumento de normalização e domínio de subjetividades dissidentes, consequência da hegemonia do pensamento binário de gênero. Preciado usa os termos “pirataria de gênero”, ou *“gender hacking”*, para descrever esse tipo de uso de hormônios, afirmando que *“Somos usuários copy-left: isto é, consideramos os hormônios sexuais como biocódigos livres e abertos cujo uso não deve estar regulado nem pelo Estado nem confiscado pelas companhias*

farmacêuticas” (Preciado, 2018, p. 59). Se o controle sobre os hormônios operam à favor de um sistema repressivo, então os piratas de gênero são os agentes de uma tentativa de reapropriar as mercadorias de controle biopolítico (os hormônios), pervertendo os fluxos de mercadorias de gênero assim como os piratas são conhecidos por fazer nos mares. “Copy-left” é um termo que, em lugar do “copyright”, o direito autoral e propriedade intelectual, desloca a expressão “todos os direitos reservados” em favor de uma proposição nova: “todos os direitos invertidos”. São também hackers de gênero, porque propõem uma distribuição livre do conhecimento e dos biocódigos sem fins lucrativos, assim como os hackers subvertem a propriedade intelectual quanto aos programas de computador, livros, artigos e filmes na internet em favor de uma circulação de códigos e conhecimentos gratuita e livre (Galindo, 2009).

A subversão das performances de gênero, como estas feitas por Preciado através da *pirataria de gênero*, podem ser um bom lugar para começarmos a propor subversões da monogamia. Não somente porque o sistema sexo-gênero binário é um dos pilares do próprio sistema monogâmico, mas também porque é o mesmo tipo de resistência contra às opressões e controle de corpos das quais me refiro desde o primeiro capítulo deste trabalho. Os heréticos do sistema católico são os piratas de gênero do sistema sexo-gênero binário.

Preciado situa a hegemonia *farmacopornográfica*² contemporânea como um processo que se iniciou junto do capitalismo moderno, junto das economias coloniais, da ficção dos Estados-nação e dos regimes de saber científico e técnico. Brigitte Vasallo e Paul Preciado dialogam com Silvia Federici ao resgatar o capitalismo e o colonialismo como os sistemas hegemônicos que originaram as superestruturas culturais e morais que regem o pensamento e a subjetividade dos indivíduos que compõem a sociedade ocidental contemporânea. Vasallo e Preciado, então, ampliam a discussão ao sugerir meios de subverter os mecanismos de controle. Não por acaso, as duas autoras e o autor falam sobre as bruxas em diversos momentos e contextos.

“Para conseguir acesso à questão do pharmakon³, temos que seguir o caminho das bruxas. Os agricultores, os responsáveis pelas colheitas e os preparadores de plantas medicinais foram condenados durante a Inquisição. Bruxas, alquimistas e parteiras foram declarados hereges e

² Regime de controle dos fármacos em sua interface com a sexualidade, com o prazer, com as possibilidades de expressão de gênero e com a indústria do sexo no capitalismo globalizado através do controle de substâncias, como a testosterona.

³ Termo utilizado por Preciado para definir o fármaco, droga, medicamento, veneno ou similar, não os diferenciando a partir de termos e conhecimentos cientificistas, positivistas e psiquiátricos: “*O Pharmakon consiste propriamente em certa inconsistência, em certa impropriedade, essa não-identidade-consigo que sempre lhe permite voltar-se contra si mesmo. O que está em jogo nessa virada é nada menos do que a ciência e a morte, que são consignadas em um único e mesmo tipo na estrutura do fármaco, o nome único dessa poção que é preciso esperar*” (Preciado, 2018, p. 157)

desviantes satânicos. Ao mesmo tempo, a Europa colonizava as Américas” (Preciado, 2018. p. 158).

As chamadas “bruxas” eram as figuras femininas que possuíam conhecimentos sobre animais e plantas, que usufruíam dos recursos naturais das florestas, rios, lagos e pastos selvagens para fazer uso das propriedades medicinais e de alteração de consciência dos recursos naturais que tinham disponíveis. Os processos de privatização das terras comuns, de controle sobre a reprodução e liberdade do corpo feminino, de apropriação violenta dos conhecimentos femininos populares por um conhecimento científico masculino e androcêntrico, e a perseguição ao consumo de “drogas” que aconteceu com a caça às bruxas na Europa e com a exterminação dos povos originários do território chamado “Americano” são alguns dos processos que devemos buscar reverter se desejamos nos posicionar contra as opressões monogâmicas e capitalistas de controle, exploração e homogeneização de corpos e subjetividades (Preciado, 2018).

“Como aponta Starhawk⁴, a Inquisição castiga a agressividade sexual e o gozo das mulheres e lhes impõe passividade, submissão e silêncio no domínio das práticas sexuais.” Tudo isso estava conectado: a emergência do capitalismo protoindustrial e suas formas científicas de produção e transmissão de conhecimento; o extermínio de uma parte da população que possuía saberes farmacológicos; o uso dos discursos raciais como argumentos religiosos e biológicos para justificar a escravidão e a opressão; o surgimento de novos modos de segmentar, demarcar e cercar a terra; a criação de gado que vai sustentar a futura indústria têxtil; a expansão colonial na América, África, Índia e Extremo Oriente; e a invenção, na Europa, de modelos de trabalho servis e pró-escravistas” (Preciado, 2018. p. 162 e 163).

Esse processo de erradicação de saberes e poderes populares, originários e femininos trabalhavam para estabelecer o conhecimento exclusivo e hegemônico do especialista, que foi imprescindível para a implementação do capitalismo em escala global, e aconteceu, como já vimos, simultaneamente à condenação da sexualidade feminina e outras expressões de sexualidades dissidentes, e foi parte dos poderes que fundaram a hegemonia do sistema monogâmico como o conhecemos.

Contudo, a pirataria de gênero não é uma alternativa de resistência somente para pessoas dissidentes de gênero buscando subverter o sistema sexo-gênero binário. Enquanto o regime disciplinador da sexualidade feminina do movimento de caça às bruxas do século XV até o século XVIII, seguido pela patologização e medicalização do desejo sexual das mulheres nos séculos XVIII e XIX, considerando-o causa de histeria, perversão ou ninfomania, operou para proibir, diminuir e controlar a sexualidade feminina, o novo regime *farmacopornográfico* faz o oposto: não proíbe o desejo feminino por interpretar que ele é

⁴ Autora e ativista ecofeminista e bruxa pagã.

excessivo, mas admite a falta de desejo e favorece a sua produção técnica. Enquanto estudos são conduzidos sobre a insatisfação sexual e dificuldade de atingir o orgasmo entre mulheres cis, como um realizado por uma companhia farmacêutica nos Estados Unidos que apontou que 46% das mulheres dizem nunca ter tido um orgasmo, e que 64% das mulheres heterossexuais casadas afirmam ter uma vida sexual insatisfatória, soluções hormonais para aumentar o desejo feminino foram negadas pelo FDA⁵ (Preciado, 2018).

“Vários artigos, inclusive um publicado no excessivamente escrupuloso New York Times, denunciam o “caráter político” da decisão médica e insistem em atribuí-la à influência de “membros conservadores” no comitê da FDA. O comitê considerou que, “apesar dos resultados promissores desta substância, utilizada para melhorar a vida sexual das pacientes, seu uso não parece justificado”. Ainda mais surpreendente é o fato de que a comissão tenha qualificado a testosterona para as mulheres como uma lifestyle drug, ou droga recreativa - algo como o ecstasy ou poppers” (Preciado, 2018. p. 237)

Não cabe a este trabalho explorar a fundo as taxas de insatisfação sexual feminina, ou se o desejo sexual entre as mulheres realmente diminuiu ao longo dos séculos, mesmo como possível reflexo dos efeitos colaterais da pílula contraceptiva (que podem diminuir a testosterona e o desejo sexual). Ainda assim, vale trazer este exemplo de controle hormonal arbitrário para analisarmos a maneira como o pensamento binário opera para tentar manter os modelos hegemônicos de feminilidade, masculinidade e heterossexualidade intactos, proibindo que um corpo feminino possa se “contaminar” com um hormônio masculino e nos oferecendo outro exemplo contemporâneo de controle sobre a sexualidade feminina.

Se o sistema monogâmico tenta controlar as sexualidades femininas e dissidentes, um sistema *não-monogâmico* será um que buscará a libertação da sexualidade e devolverá às mulheres uma autonomia sobre seu desejo e direitos reprodutivos, como as bruxas já faziam séculos atrás, através de seus conhecimentos sobre substâncias e métodos abortivos. Dessa maneira, a pirataria de gênero ou o uso de substâncias, hormonais ou não, são uma maneira de subverter o *cistema* binário de gênero, e de resgatar práticas como o uso de substâncias afrodisíacas ou outros estimulantes como possibilidade legítima de libertação dos corpos femininos e de sexualidades frente à normatividade engessada imposta pelo sistema monogâmico.

E podemos seguir por caminhos semelhantes. A negação da monogamia deve existir em todos os âmbitos nos quais ela exerce suas violências, e precisa compreender não somente uma ampliação de nossas liberdades sexuais e relacionais, mas também de nossas redes de cuidado, reivindicando também uma conscientização política de uma luta que será também

⁵ Sigla para Federal Drug Administration, órgão governamental Estadunidense que faz o controle dos alimentos e fármacos

antirracista e decolonial, além de ecológica frente aos ideais neoliberais de consumo irresponsável de bens materiais e afetivos.

Brigitte Vasallo usa o termo “terrorismo poliamoroso” para se referir ao movimento político que a negação da monogamia deve ser.

“Em um mundo montado para e pelo casal, qualquer outra opção de vida é uma vertigem constante. Mas o terror poliamoroso é também o desejo de fazer dessa vertigem um autêntico movimento terrorista. Fazer do nosso corpo e de nossos afetos uma ameaça aos próprios fundamentos das relações capitalistas, do sistema sexo-gênero monogâmico, dos privilégios raciais e de classe. Resistir contra o vento e a maré, resistir em uma solidão que na verdade não é, em uma miragem que só precisa de uma mudança de foco para desaparecer, assim como a escuridão desaparece ao acender um triste fósforo. Precisamos, no entanto, desse fósforo”.

O terror poliamoroso não é um terror de bombas e corpos esquartejados: esse terror é monogâmico, e nós o conhecemos há muito tempo. O nosso não é o terror de fazer explodir cartórios que oficializam casamentos nos domingos de primavera, nem de perseguir os casezinhos reprodutores nas ruas. Não temos um inimigo tão claro, não temos um grupo opressor sobre o qual lançar bombas fétidas. [...] Que a confrontação entre as bases chegue ao fim: nosso terrorismo é esse (Vasallo, 2022. p. 203 e 204).

Enquanto as relações monogâmicas marcadas pelo pensamento neoliberal acreditam que cada indivíduo é independente e não necessita dos demais, Brigitte Vasallo defenderá que uma *não monogamia* será o movimento “terrorista” que romperá com esse pensamento, entendendo que somos seres interdependentes. Esse terrorismo

“diz respeito a recordar constantemente que nos domesticaram dividindo-nos, absorvendo-nos, ensimesmando-nos, apaixonando-nos por um “nós” que se alimenta do ódio ao exterior, a um exterior aleatório construído apenas em função desse medo. É evitar a constante tentação de nos acharmos melhores, de acharmos que possuímos as verdades únicas e definitivas e o núcleo desejado e hierárquico. É deixar de arrancar os olhos, as entranhas, a cabeça e nos unirmos para construir” (Vasallo, 2022. p. 208)

A autora chama a atenção para a necessidade de nos entendermos como seres conectados, que precisamos colocar nossos corpos em jogo para desafiar as agressões monogâmicas, e que o faremos em conjunto, em *rede*. Ela propõe algo que chama de redes afetivas, dizendo que se definimos a monogamia através da hierarquia, da exclusão e da competitividade, as redes afetivas terão a ver com a destruição desses três elementos. (Vasallo, 2022).

Redes afetivas desafiam as construções de relações interpessoais como as conhecemos, propondo uma mudança na maneira como criamos expectativas quanto ao que

esperamos oferecer e receber em nossas relações. Se esperamos simetria de nossas parcerias românticas e amigáveis, é porque a estrutura competitiva do pensamento capitalista não permite um cenário em que ofereçamos mais do que aquilo que nos é oferecido em troca, numa lógica monetarizada dos afetos. Seja atenção, convites para sair, ou tempo investido sob forma de cuidados. Esperamos equivalência porque é o que nos parece justo na lógica neoliberal de distribuição de afetos, e esta lógica não nos interessa. As redes afetivas, como propõe Brigitte Vasallo, leva em consideração as necessidades individuais de cada pessoa, considerando também o contexto e o momento dessa necessidade, além das necessidades da própria rede.

“Parece um exercício muito complicado, mas essa fantasia de poder viver eternamente ensimesmado em nossos próprios desejos não passa de um sonho neoliberal sem reflexo na realidade: estamos e vivemos em rede. A ética do cuidado propõe levar esse pressuposto em consideração e nos responsabilizarmos por isso. A horizontalidade que desejamos para nossos relacionamentos precisa ser construída a partir de outros espaços que não estimulem os confrontos. Não deve ser o ponto de partida, pois a horizontalidade como origem desequilibra as relações existentes, as desloca, gerando uma nova hierarquia que desconsidera o caminho já percorrido pelos vínculos. A horizontalidade é o ponto de chegada, alcançada quando os mecanismos de confronto foram desativados e substituídos pela cooperação e pela construção comum” (Vasallo, 2022. p. 87 e 88).

Da maneira como a autora as coloca, essas redes pretendem criar e fortalecer vínculos não consanguíneos de responsabilidade e cuidado, possibilitando uma ampliação dos espaços de refúgio para além do casal e da família, e começando a trabalhar a construção de um imaginário não tão individualizado de cuidado. Mas conceber a ideia de uma vida em rede é diferente de praticá-la. Mesmo que queiramos e nos sintamos capazes de dinamitar a monogamia e construir uma trajetória de vida completamente fora da norma, sentiremos, como os heréticos na Idade Média, as pressões hegemônicas agindo contra nós. Seria necessário nos deparar com o medo de não encontrar ninguém disposto a organizar a vida conjuntamente, porque o casal é o vínculo superior a ser estabelecido, e quaisquer outras possibilidades encontrarão resistências de vários tipos. Quem quer se relacionar com uma pessoa não-monogâmica, acusada de superficialidade nos vínculos e afetos? que não quer ter filhos, que faz parte de uma “rede”, representando uma ameaça quanto ao tempo disponível para o casal; que não pretende se casar e que, portanto, não se tem a garantia da partilha dos bens no caso de um término? Como já vimos, *“Em um mundo montado para e pelo casal, qualquer outra opção de vida é uma vertigem constante”*(Vasallo, 2022. p. 203).

No entanto, cabe indagar sobre a extensão dessas redes. Que poderíamos buscar incluir pessoas que consideramos “amigos” nessa rede parece óbvio, mas e quanto as outras pessoas que habitam nossas vidas? Chegaríamos tão longe quanto a incluir colegas de

trabalho nela? nossas vizinhas? a pessoa em situação de rua que habita a esquina de nosso condomínio? Até que ponto somos capazes de nos organizar quanto à nossa distribuição de afetos? Se nosso compromisso com as necessidades da outra terminam ainda dentro dos nossos próprios núcleos de pessoas próximas, estamos mesmo produzindo noções de corresponsabilidade e interdependência, e alterando nosso paradigma de distribuição de afetos? Decerto desarticular as noções de cuidado exclusivas ao casal e à família, estendendo-as tão longe quanto formos capazes, é um ótimo começo. Nos possibilitaria refúgios alternativos e construções de espaços de cuidado muito bem-vindos. Mas não é o tipo de desconstrução que nos permite cuidar de cada um dos grupos marginalizados pelo sistema. Os processos que permitiriam alterações mais profundas nas estruturas hegemônicas de produção de exclusões e violências hão de ser muito mais complexos do que este trabalho seria capaz de conceber, mas é essencial ao menos nos indagar sobre a questão, trazê-la à consciência.

Por mais limitado que o conceito de redes afetivas possa se configurar dentro das possibilidades materiais a que temos acesso atualmente, ainda podemos (se não devemos) pensar sobre seu potencial, agora situando-o no contexto do território que hoje chamamos “brasileiro”. Os povos originários já praticam o que Vasallo chamaria *terrorismo poliamoroso* há muito tempo, através de não hierarquizações das relações ou do modo como povos como o Guarani pensam a relação com a terra e com o coletivo. Desde 1501, os jesuítas já haviam percebido “a ausência de propriedade privada em favor do coletivo”, o que é hoje uma afronta direta ao pensamento neoliberal, para o qual tudo é mercadoria; e o acúmulo de terras e de capital é mais importante do que a preservação da biodiversidade, das florestas e mesmo mais importante que as pessoas que a habitam. Não há símbolo maior de pensamento interconectado e interdependente do que afirmações como a de Casé Tupinambá “*nós não somos donos da terra, nós somos a terra*” (Nuñes, Oliveira, Lagos, 2022. p.63), que denotam a importância não só de nos enxergamos como dependentes umas das outras como seres humanos, mas também conectados com todo o nosso entorno, com a terra, as matas, os rios, plantas e animais. Quanto à hierarquização das relações,

“A não hierarquia entre indígenas não estava posta apenas nas relações de afeto entre humanos, mas também com os demais animais e seres. Todo animal sendo de estimação, toda pedra sendo preciosa. Enquanto a indagação “tem alma ou não tem alma?” era utilizada pelos colonizadores como seleção de quem seria humano, entre os guarani, a resposta era de que sim, temos alma, mas o milho também tem, o rio também tem, todos os seres são pessoas, dignas de serem respeitadas, de não serem exploradas ou vendidas (PERALTA, 2017). Se não há a centralidade hierárquica do Humano, também os processos de comparação, competição e sofrimento não se apresentam da mesma forma, como lembra a anciã guarani kaiowá Josefa” (Nuñes, Oliveira, Lagos, 2022. p. 83).

É necessário reafirmarmos que essas ideologias são uma tradição viva e contemporânea, a despeito do que a narrativa hegemônica pode fazer parecer. Geni Nuñez, João de Oliveira e Mara Lago propõem uma não-monogamia sob o princípio da floresta, onde só é possível existir através de relações codependentes, enxergando assim uma possibilidade de desmontar a ideia de sujeito desconectado, inclusive desafiando a concepção europeia de sujeito, descentralizando o humano como centro do mundo.

“Assim como o agronegócio explora, exaure e esgota a terra, também o capitalismo, o racismo, a transfobia e as demais violências nos exploram nosso corpo-território, de tal maneira que se faz necessário um reflorestamento também do nosso imaginário e da forma como guiamos os afetos e desejos. Para reflorestar nosso pensamento corporificado é importante que primeiro reconheçamos que a colonização não só não acabou, como continua afetando-nos de maneira íntima e profunda” (Nuñez, Oliveira, Lagos, 2022, p. 86).

Não-monogamia é também a possibilidade de *reflorestar* o nosso imaginário, nos descontaminando das narrativas neoliberais de distribuição de afetos e cuidados através da monogamia, dos núcleos familiares fechados e misóginos aos quais nunca quisemos pertencer, e tentando substituir assim, aos poucos, os ciclos de exclusão e violência por possibilidades dissidentes de criação e manutenção de vínculos, além de distribuições mais éticas e potentes de cuidado.

Para dar um último exemplo, uma vez, ouvi de um conhecido Guarani um relato de um homem que “enlouqueceu” na aldeia para onde esse homem havia se mudado. Ele não tinha pessoas conhecidas ou família próximas com quem podia contar, e começou a ingerir Ayahuasca em grandes quantidades e a colocar a si e suas filhas em risco, levando-as para a mata durante a noite. Um grupo de pessoas se mobilizou para acolhê-lo, para cuidar de seus filhos e investigar o que estava passando com ele. Um processo de cuidado comunitário se iniciou ali, feito por pessoas que não o conheciam, mas que tampouco precisavam conhecer para investir tempo e recursos em seu bem-estar. Na cidade, onde opera o imaginário monogâmico, provavelmente não veríamos uma mobilização semelhante por parte de seus vizinhos ou pessoas quaisquer na rua, e talvez só observássemos processos de exclusão e estigmatização, marginalizando a situação dele e de seus filhos ainda mais.

O caminho para desmontar um sistema tão bem estabelecido quanto o monogâmico não é claro. A pirataria de gênero, as redes afetivas e a não-monogamia sob o princípio da floresta são alguns exemplos concretos passíveis de serem citados neste trabalho, mas estão a anos-luz de distância de configurarem uma reestruturação nas bases do *cistema* monogâmico. O que esses exemplos têm em comum são suas propostas dissidentes. A lógica do pertencimento à floresta em contraste com a lógica de consumo e destruição desenfreados do neoliberalismo; a lógica de cuidado em rede em contraste com a lógica de cuidado exclusiva do núcleo familiar; a lógica da liberdade sexual feminina e de sexualidades dissidentes em

contraste com a heteronormatividade misógina; a defesa da flexibilidade de gênero no nível hormonal em contraste com a cisnormatividade, mediada também pela indústria farmacêutica e poderes de controle Estadais. Em cada um desses casos, a subjetividade dissidente ou oprimida encontra possibilidades de existir em relação de subversão com as forças hegemônicas, e permite a construção de imaginários alternativos àqueles impostos pela monogamia. O caminho é longo e cheio de obstáculos, mas podemos ao menos começar a identificar nossas aliadas nesse processo. Quanto mais capazes formos de descrever as opressões e nos unir diante delas, mais amparadas estaremos para resistir.

O desafio, para nós que nos definimos poliamorosas, que nos denominamos não-monogâmicas, é elaborar um novo sentido de vínculo e um novo sentido de liberdade que escape das garras do neoliberalismo, que retome a consciência de estar-no-mundo, de mistura, de mestiçagem, da contaminação cruzada como potência de vida. Um sentido de vínculo que reconheça que somos mais fracas sem a presença dessa outra que nos recusamos a pensar como ameaça e que queremos como companheira, com quem aprender e a quem incluir em nossas vidas, em nosso mundo. Essa “outra” que se materializa nos corpos e nas vidas das amantes, das refugiadas, das migrantes (Vasallo, 2020. p. 7).

É necessário tornar nossos corpos, nossos pensamentos, nossos afetos, quiçá até nossas pesquisas, uma ameaça concreta aos sistemas de opressão. Nos tornarmos terroristas da monogamia e construir, assim, um mundo mais habitável e menos hostil.

Considerações finais

Por fim, resta destacar o papel do conhecimento psicológico na jornada da não-monogamia. A psicologia, como ciência da saúde, e compreendendo a saúde como produto também da realidade social em que os indivíduos estão inseridos, é responsável por se propor a analisar o sofrimento individual no nível político. Não é por outro motivo que esta pesquisa tantas vezes se referiu ao capitalismo, colonialismo ou aos códigos de opressão heterocisnormativos.

A psicologia brasileira, a partir da década de 1990, preocupou-se cada vez mais com a necessidade de criticar o pensamento colonizado que marca até hoje o mundo ocidental, incluindo o próprio conhecimento e as práticas psicológicas. Muitas das teorias utilizadas como base vinham da Europa ou Estados Unidos, e tentavam interpretar o sofrimento dos sujeitos brasileiros em um país marcado pelo racismo e pela desigualdade social através de uma visão universal do ser humano, desconsiderando as condições sociais como constitutivas da experiência humana. “*Essa posição a-histórica, liberal e positivista levou a psicologia a uma trajetória que a distanciou da observação e consideração das condições de vida da maioria da população*” (Bock et. al. 2022).

A psicologia social propõe-se a fazer o oposto, e ocupa-se de compreender o impacto do mundo social e material na constituição da subjetividade individual, buscando analisar as causas do sofrimento, e não somente tratando de seus sintomas. A psicologia deve comprometer-se a acolher a diversidade, considerando as culturas, os hábitos, valores, referências e relações dissidentes que marcam os espaços em que as subjetividades se constituem (Bock et. al. 2022).

O campo de pesquisas sobre “não-monogamia” é ainda muito recente, e por vezes comete o mesmo erro que a psicologia, lançando seu foco sobre o sujeito, para as especificidades de suas dinâmicas relacionais, como a não-exclusividade sexual ou a multiplicidade de parceiros. Corremos o risco de estudar os sujeitos que se chamam “não-monogâmicos”, situando a “monogamia” como o centro, e fazendo uma análise sobre aquilo que gera estranheza, tal qual o faziam a antropologia e as ciências racistas e eurocêntricas em suas investigações sobre os povos colonizados.

Ainda, a hegemonia do Pensamento Monogâmico constroi um imaginário social essencialista, observável através de notícias com títulos como “*5 sinais de que você é poliamoroso, de acordo com especialistas*” (Metrópoles, Luiza Barufi, 30/08/2021) e quizzes online com títulos como “*Sua natureza é monogâmica ou poligâmica?*”, encontrado no site Uol. É importante buscarmos compreender a monogamia em sua totalidade, investigar suas facetas e dinâmicas de maneira mais ampla, oferecendo a devida importância para o contexto social em que mesmo os indivíduos “não-monogâmicos” se encontram, para enfim sermos capazes de investigar as dinâmicas relacionais inseridas nos contextos específicos em que elas surgem.

Por fim, e preocupando-me com não fazer generalizações, encerro este trabalho notando que há diversas pesquisadoras e pesquisadores preocupados com uma produção crítica de conhecimento na área da não-monogamia. O Grupo de Pesquisa Políticas, Afetos e Sexualidades Não-Monogâmicas (Não-mono), por exemplo, existe desde 2013 e seus membros têm publicado excelentes pesquisas, artigos e livros em diferentes áreas do conhecimento sobre o assunto. Elas realizaram em agosto de 2023 o primeiro Seminário Nacional de Estudos em Não-monogâmias: Pesquisas e Perspectivas, e eu tive a chance e o prazer de assisti-lo, descobrindo um pouco sobre suas publicações recentes e alinhamentos teóricos e éticos quanto à orientação de suas pesquisas. Além disso, Andreone Medrado e Rhuann Fernandes são outros dois pesquisadores que têm se destacado na área de pesquisas sobre monogamia e afetos, principalmente pelos esforços de desnaturalização de fenômenos cisnormativos e pelo cuidado de pontuar os atravessamentos raciais em suas produções acadêmicas.

Referências:

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. **O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe**. Lua Nova, São Paulo, v.80: p. 71-96, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64452010000200004>> - Acesso em 15 abr. 2024.

BARUFI, Luiza. **5 sinais de que você é poliamoroso, de acordo com especialistas**. Metrôpoles, 30/08/2021. [S.l.] Disponível em: <<https://www.metropoles.com/colunas/pouca-vergonha/5-sinais-de-que-voce-e-poliamoroso-de-acordo-com-especialistas>> - Acesso em 21 mai. 2024.

BOCK, Ana Mercês Bahia et al. **O Compromisso Social da Psicologia e a Possibilidade de uma Profissão Abrangente**. Psicologia: Ciência e Profissão, v.42. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703003262989>> - Acesso em 20 mai. 2024.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Primeira edição. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

GALINDO, Dolores. **Piratarias de gênero para corpos precários: contaminações entre políticas queer e copyleft**. 2009. Disponível em: <<https://www.cult.ufba.br/enecult2009/19637-2.pdf>> - Acesso em 20 mai. 2024.

G1. **Transtornos alimentares atingem mais mulheres do que homens**. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/noticia/2019/11/18/transtornos-alimentares-atingem-mais-mulheres-do-que-homens.ghtml>> - Acesso em: 19 de maio de 2024.

IDOETA, Paula. **Naufrágio na Grécia foi tratado 'como sendo desprovido de protagonistas e heróis', diz professora**. BBC news brasil, 23 de junho de 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c1w49304z49o>> - Acesso em 6 mai. 2024.

DE MORAES, Dênis. **Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci**. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/12420>> - Acesso em 15 abr. 2024.

MARQUES, Brenda. **Saiba o risco de ter filhos com parente, como quer Dado Dolabella**. R7, 07 de janeiro de 2020. Disponível em:

<<https://noticias.r7.com/saude/saiba-o-risco-de-ter-filhos-com-parente-como-quer-dado-dolabella-07012020/>> - Acesso em 15 mai. 2024.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Segunda edição. São Paulo: Editora expressão popular, 2008.

NÚÑEZ, Geni; DE OLIVEIRA, João Manuel; DE SOUZA LAGO, Mara Coelho. **Teoria e Cultura. Monogamia e (anti) colonialidades: uma artesanía narrativa indígena.**, v. 16, n. 3, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/download/34439/23905>> - Acesso em: 06 set. 2023

PRECIADO, PAUL B. **Testo Junkie: sexo drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. Primeira edição. São Paulo: Editora n-1, 2018.

SIMIONATTO, Ivete; COSTA, Carolina Rodrigues. **Estado e políticas sociais: a hegemonia burguesa e as formas contemporâneas de dominação**. Junho de 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/hqrscv7d37Jbgrxr5s7GwBm/?lang=pt#>> - Acesso em: 15 abr. 2024.

Uol. **Sua natureza é monogâmica ou poligâmica?** Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/quiz/2014/06/21/sua-natureza-e-monogamica-ou-poligamica.htm>> - Acesso em 21 mai. 2024.

VASALLO, Brigitte. **Abrir amores, fechar fronteiras?** Belo Horizonte, Revista Caderno de Leituras, n. 112, p. 1-7, 2020. Disponível em: <https://chaodafeira.com/catalogo/caderno112/>. Acesso em: 06 set. 2023.

VASALLO, Brigitte. **O Desafio Poliamoroso: por uma nova política dos afetos**. Primeira edição. São Paulo: Editora Elefante, 2022.